



Legislação COVID-19

A Organização Mundial de Saúde declarou, em 30 de janeiro de 2020, a situação de Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional da COVID-19 e, em 11 de março de 2020, considerou a COVID-19 como uma pandemia.

Na sequência desta declaração, têm vindo a ser aprovadas e publicadas no Diário da República um conjunto de medidas destinadas aos cidadãos, às empresas e às entidades públicas e privadas, relativas à infeção epidemiológica por COVID-19.

A Ordem dos Engenheiros Técnicos no sentido de tornar mais acessível aos seus membros a consulta dos diplomas legais disponibiliza a panóplia de legislação que tem sido publicada em Diário da República sobre a doença COVID-19, contribuindo para uma pesquisa célere e o acompanhamento da nova legislação.

Por fim, esclarece-se que a consulta deste compêndio não substitui a consulta do Diário da República correspondente.

Índice

Índice	1
Declaração de situação de Calamidade	2
Estado de emergência.....	5
Prevenção, Contenção, Mitigação e Tratamento.....	6
Sustentabilidade da Economia e das Empresas - Medidas Genéricas.....	14
Sustentabilidade da Economia e das Empresas - Medidas Específicas.....	17
Restrições a Atividades Económicas.....	29
Restrições de Mobilidade e Transportes.....	30
Proteção à Família.....	34
Serviços Públicos.....	37
Requisição Civil.....	41
Regiões Autónomas.....	42

Declaração de situação de Calamidade

➤ **[Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-A/2020, de 30 de abril](#)**

Declara a situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Para permitir a leitura integrada e sistemática dos atos normativos descritos nesta Resolução do Conselho de Ministros, pode consultar as versões consolidadas da [Lei n.º 27/2006](#), de 3 de julho (que cria a Lei de Bases da Proteção Civil), da [Lei n.º 81/2009](#), de 21 de agosto (que institui um sistema de vigilância em saúde pública, que identifica situações de risco, recolhe, actualiza, analisa e divulga os dados relativos a doenças transmissíveis e outros riscos em saúde pública, bem como prepara planos de contingência face a situações de emergência ou tão graves como de calamidade pública), da [Lei n.º 1-A/2020](#), de 19 de março (que cria medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19) e do [Decreto-Lei n.º 10-A/2020](#), de 13 de março (que estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19).

➤ **[Decreto-Lei n.º 20/2020, de 01 de maio](#)**

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19 Este decreto-lei procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março. Consulte a sua versão consolidada, [aqui](#).

De acordo com este diploma, a partir das 00 horas de dia 2 de maio, o [Decreto n.º 2-C/2020](#), de 17 de abril, deixa de vigorar, uma vez que o [Decreto do Presidente da República n.º 20-A/2020](#), de 17 de abril, que este vem regulamentar, também deixa de estar em vigor

➤ **[Declaração de Retificação n.º 18-C/2020, de 05 de maio](#)**

Retifica o [Decreto-Lei n.º 20/2020](#), de 1 de maio, da Presidência do Conselho de Ministros, que altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 85-A, de 1 de maio de 2020

➤ **[Despacho n.º 5373-A/2020, de 08 de maio](#)**

Determina a composição da Estrutura de monitorização da situação de calamidade

O sumário do presente despacho foi retificado pela [Declaração de Retificação n.º n.º 381-A/2020](#), de 8 de maio

➤ **[Despacho n.º 5373-B/2020, de 08 de maio](#)**

Designa as autoridades que coordenam, ao nível das regiões do território continental, a execução da situação de calamidade declarada pela [Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-A/2020](#), de 30 de abril

➤ [Declaração de Retificação n.º 381-A/2020, de 08 de maio](#)

Retifica o [Despacho n.º 5373-A/2020](#), da Presidência do Conselho de Ministros, Gabinete do Primeiro-Ministro, que determina a composição da Estrutura de monitorização da situação de calamidade, publicado no Diário da República, 2.ª série, 1.º suplemento, n.º 90, de 8 de maio de 2020

➤ [Resolução do Conselho de Ministros n.º 40-A/2020, de 29 de maio](#)

Prorroga a declaração da situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

➤ [Resolução do Conselho de Ministros n.º 43-B/2020, de 12 de junho](#)

Prorroga a declaração da situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

➤ [Resolução do Conselho de ministros n.º 45-B/2020, de 22 de junho](#)

Define regras especiais para a Área Metropolitana de Lisboa no âmbito da situação de calamidade declarada pela [Resolução do Conselho de Ministros n.º 40-A/2020](#), de 29 de maio, na sua redação atual

Relativamente aos horários dos estabelecimentos da Área Metropolitana de Lisboa, para além desta Resolução, sugere-se a consulta ao [Despacho n.º 6608-B/2020](#), de 24 de junho

➤ [Resolução do Conselho de Ministros n.º 51-A/2020, de 26 de junho](#)

Declara a situação de calamidade, contingência e alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

➤ [Decreto-Lei n.º 28-B/2020, de 26 de junho](#)

Estabelece o regime contraordenacional, no âmbito da situação de calamidade, contingência e alerta

➤ [Despacho n.º 6868-A/2020, de 02 de julho](#)

Determina a composição da estrutura de monitorização da situação de alerta, contingência e calamidade

➤ [Resolução do Conselho de Ministros n.º 53-A/2020, de 14 de julho](#)

Declara a situação de calamidade, contingência e alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

A presente Resolução do Conselho de Ministros foi retificada pela [Declaração de Retificação n.º 25-A/2020](#).

➤ [Declaração de Retificação n.º 25-A/2020, de 15 de julho](#)



Retifica a [Resolução do Conselho de Ministros n.º 53-A/2020](#), de 14 de julho, que declara a situação de calamidade, contingência e alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 135, 2.º suplemento, de 14 de julho de 2020

➤ [Decreto-Lei n.º 37-A/2020, de 15 de julho](#)

Altera o regime sancionatório aplicável ao incumprimento dos deveres estabelecidos por declaração da situação de alerta, contingência ou calamidade

Este decreto-lei altera o Decreto-Lei n.º 28-B/2020, de 26 de junho. Consulte a sua versão consolidada, [aqui](#).

➤ [Despacho n.º 7254-B/2020, de 16 de julho](#)

Declaração de situação de alerta para o período compreendido entre as 00:00 horas do dia 17 de julho e as 23:59 horas do dia 19 de julho de 2020, para todos os distritos de Portugal continental

➤ [Resolução do Conselho de Ministros n.º 55-A/2020, de 31 de julho](#)

Declara a situação de contingência e alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

➤ [Lei n.º 31/2020, de 11 de agosto](#)

Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao [Decreto-Lei n.º 20/2020](#), de 1 de maio, que altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19

➤ [Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2020, de 14 de agosto](#)

Prorroga a declaração da situação de contingência e alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

➤ [Resolução do Conselho de Ministros n.º 68-A/2020, de 28 de agosto](#)

Prorroga a declaração da situação de contingência e alerta, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

➤ [Resolução do Conselho de Ministros n.º 70-A/2020, de 11 de setembro](#)

Declara a situação de contingência, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

➤ [Despacho n.º 8998-C/2020, de 18 de setembro](#)

Fixa a interpretação dos princípios e orientações aplicáveis à realização de eventos corporativos, nos termos e para os efeitos da [Resolução do Conselho de Ministros n.º 70-A/2020](#), de 11 de setembro

➤ [Despacho n.º 8998-D/2020, de 19 de setembro](#)

Fixa a interpretação das regras relativas aos horários de funcionamento dos estabelecimentos, nos termos da [Resolução do Conselho de Ministros n.º 70-A/2020](#), de 11 de setembro

➤ [Despacho n.º 9121/2020, de 25 de setembro](#)

Determina a composição da estrutura de monitorização da situação de contingência

➤ [Decreto n.º 7-A/2020, de 26 de outubro, de 26 de outubro](#)

Declara o luto nacional no dia 2 de novembro de 2020 e presta homenagem a todos os falecidos, em especial às vítimas da pandemia da doença COVID-19

➤ **[Resolução do Conselho de Ministros n.º 92-A/2020, de 02 de novembro](#)**

Declara a situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

➤ **[Resolução do Conselho de Ministros n.º 96-B/2020, de 12 de novembro](#)**

Prorroga a declaração da situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

➤ **[Despacho n.º 11334/2020, de 18 de novembro](#)**

Determina a aplicação do [Despacho n.º 10992/2020](#), de 3 de novembro, e publicado a 10 de novembro, à composição da Estrutura de monitorização do estado de emergência no território continental

➤ **[Decreto-Lei n.º 99/2020, de 22 de novembro](#)**

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19

➤ **[Despacho n.º 12204/2020, de 16 de dezembro](#)**

Prorrogação das incumbências atribuídas aos membros da Estrutura de Monitorização do Estado de Emergência

➤ **[Decreto-Lei n.º 6-A/2021, de 14 de janeiro](#)**

Altera o regime contraordenacional no âmbito da situação de calamidade, contingência e alerta e agrava a contraordenação relativa ao teletrabalho obrigatório durante o estado de emergência

Estado de emergência

➤ **[Decreto do Presidente da República 14-A/2020, de 18 de março](#)**

Declara o estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública

➤ **[Resolução da Assembleia da República n.º 15-A/2020, de 18 de março](#)**

Autorização da declaração do estado de emergência

➤ **[Despacho n.º 3545/2020, de 21 de março](#)**

Determina a composição da Estrutura de Monitorização do Estado de Emergência

➤ **[Decreto do Presidente da República n.º 17-A/2020, de 2 de abril](#)**

Renova a declaração de estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública

➤ **[Resolução da Assembleia da República n.º 22-A/2020, de 2 de abril](#)**

Autorização da renovação do estado de emergência

➤ **[Decreto n.º 2-B/2020, de 2 de abril](#)**

Regulamenta a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República

➤ **[Despacho n.º 4325-B/2020, de 6 de abril](#)**

Procede à nomeação das autoridades que coordenam a execução da declaração do estado de emergência no território continental

➤ **[Decreto do Presidente da República n.º 20-A/2020, de 17 de abril](#)**

Procede à segunda renovação da declaração de estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública

➤ **[Resolução da Assembleia da República n.º 23-A/2020, de 17 de abril](#)**

Autorização para a renovação do estado de emergência

➤ **[Declaração de Retificação n.º 18-A/2020, de 30 de abril](#)**

Retifica o [Decreto n.º 2-C/2020](#), de 17 de abril, da Presidência do Conselho de Ministros, que regulamenta a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República, publicado no Diário da República, 1.ª série, 1.º suplemento, n.º 76, de 17 de abril de 2020

➤ **[Decreto N.º 2-D/2020, de 30 de abril](#)**

Regulamenta o estado de emergência e o estado de calamidade para o período entre 1 e 3 de maio de 2020

➤ **[Resolução da Assembleia da República n.º 77/2020, de 6 de outubro](#)**

Apreciação da aplicação do estado de emergência, declarado pelo [Decreto do Presidente da República n.º 17-A/2020](#), de 2 de abril

➤ **[Resolução da Assembleia da República n.º 78/2020, de 07 de outubro](#)**

Apreciação da aplicação do estado de emergência, declarado pelo [Decreto do Presidente da República n.º 20-A/2020](#), de 17 de abril

➤ **[Decreto do Presidente da República n.º 51-U/2020, de 06 de novembro](#)**

Declara o estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública

➤ **[Resolução da Assembleia da República, n.º 83-A/2020, de 06 de novembro](#)**

Autorização da declaração do estado de emergência

➤ **[Decreto n.º 8/2020, de 08 de novembro](#)**

Regulamenta a aplicação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República

➤ **[Decreto do Presidente da República n.º 59-A/2020, de 20 de novembro](#)**

Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública

- [Resolução da Assembleia da República n.º 87-A/2020, de 20 de novembro](#)
Autorização da renovação do estado de emergência
- [Decreto n.º 9/2020, de 21 de novembro](#)
Regulamenta a aplicação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República
O presente Decreto foi retificado pela [Declaração de Retificação n.º 47/2020](#), de 22 de novembro.
- [Declaração de Retificação n.º 47/2020, de 22 de novembro](#)
Retifica o [Decreto n.º 9/2020](#), de 21 de novembro, da Presidência do Conselho de Ministros, que regulamenta a aplicação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República
- [Declaração de Retificação n.º 47-B/2020, de 24 de novembro](#)
Segunda retificação ao [Decreto n.º 9/2020](#), de 21 de novembro, da Presidência do Conselho de Ministros, que regulamenta a aplicação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República
- [Decreto do Presidente da República n.º 61-A/2020, de 04 de dezembro](#)
Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública
- [Resolução da Assembleia da República n.º 61-A/2020, de 04 de dezembro](#)
Autorização da renovação do estado de emergência
- [Decreto n.º 11/2020, de 06 de dezembro](#)
Regulamenta a aplicação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República
- [Decreto do Presidente da República n.º 66-A/2020, de 17 de dezembro](#)
Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública
- [Resolução da Assembleia da República n.º 90-A/2020, de 17 de dezembro](#)
Autorização da renovação do estado de emergência
- [Decreto n.º 11-A/2020, de 21 de dezembro](#)
Regulamenta a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República
- [Decreto do Presidente da República n.º 6-A/2021, de 06 de janeiro](#)
Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública
- [Resolução da Assembleia da República n.º 1-A/2021, de 06 de janeiro](#)
Autorização da renovação do estado de emergência



- [Decreto n.º2-A/2021, de 07 de janeiro](#)
Regulamenta a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República
- [Decreto do Presidente da República .º6-B/2021, de 13 de janeiro](#)
Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública
- [Resolução da Assembleia da República n.º 1-B/2021, de 13 de janeiro](#)
Modificação da declaração do estado de emergência e autorização da sua renovação
- [Decreto n.º 3-A/2021, de 14 de janeiro](#)
Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República
- [Decreto N.º 3-B/2021, de 19 de janeiro](#)
Altera a regulamentação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República

Prevenção, Contenção, Mitigação e Tratamento

- [Resolução do Conselho de Ministros N.º10-A/2020, de 13 de março](#)
Aprova um conjunto de medidas relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19
- [Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março](#)
Estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19
- [Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março](#)
Medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19
- [Despacho n.º 3659-D/2020, de 24 de março](#)
Determina que a Fundação Inatel disponibilize todas as unidades e equipamentos para o apoio que se revele necessário, de forma a conter os efeitos do Covid-19
- [Despacho n.º 3659-E/2020, de 24 de março](#)

Determina a suspensão do procedimento eleitoral das eleições para os delegados municipais do conselho geral e para a direção da Casa do Douro, enquanto vigorar o estado de emergência

➤ **[Decreto-Lei n.º 10-E/2020, de 24 de março](#)**

Cria um regime excecional de autorização de despesa para resposta à pandemia da doença COVID-19 e procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 10-A/2020](#), de 13 de março.

➤ **[Portaria n.º 82/2020, de 29 de março](#)**

Estabelece os serviços essenciais para efeitos de acolhimento, nos estabelecimentos de ensino, dos filhos ou outros dependentes a cargo dos respetivos profissionais

➤ **[Despacho n.º 3889/2020, de 30 de março](#)**

Suspensão temporariamente até à publicação de novo despacho que determine o seu reinício da Campanha da Raiva devido ao COVID-19

➤ **[Despacho n.º 4024-B/2020, de 1 de abril](#)**

Determina que, até ao termo do período do estado de emergência, a taxa de gestão de resíduos, nos sistemas de gestão de resíduos urbanos, incide sobre a quantidade de resíduos destinados a operações de eliminação e valorização no período homólogo de 2019

➤ **[Despacho n.º 4097-B/2020, de 2 de abril](#)**

Determina as competências de intervenção durante a vigência do estado de emergência, ao Comandante Operacional Distrital da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), ao Centro Distrital de Segurança Social e à Autoridade de Saúde de âmbito local territorialmente competente, em colaboração com os municípios

➤ **[Lei n.º 4-A/2020, de 6 de abril](#)**

Procede à primeira alteração à [Lei n.º 1-A/2020](#), de 19 de março, que aprova medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, e à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 10-A/2020](#), de 13 de março, que estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19

➤ **[Decreto-Lei n.º 12-A/2020, de 6 de abril](#)**

Estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19

➤ **[Despacho n.º 4235-D/2020, de 6 de abril](#)**

Aplicação do artigo 6.º do [Decreto n.º 2-B/2020](#), de 2 de abril, aos ministros do culto

➤ **[Despacho n.º 4328-B/2020, de 8 de abril](#)**

Determina a aplicação da tolerância de ponto concedida pelo Governo para os dias 9 e 13 de abril, tendo em conta a continuidade e a qualidade da prestação de cuidados de saúde à população

➤ **[Despacho n.º 4328-E/2020, de 8 de abril](#)**

Deslocações do pessoal de apoio dos órgãos de soberania e dos partidos com representação parlamentar entre os dias 9 e 13 de abril de 2020

➤ **[Lei n.º 5/2020, de 10 de abril](#)**

Quarta alteração, por apreciação parlamentar, ao [Decreto-Lei n.º 10-A/2020](#), de 13 de março, que estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID-19

➤ **[Lei n.º 6/2020, de 10 de abril](#)**

Regime excecional para promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19

➤ **[Lei n.º 9/2020, de 10 de abril](#)**

Regime excecional de flexibilização da execução das penas e das medidas de graça, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

➤ **[Decreto-Lei n.º 14-F/2020, de 13 de abril](#)**

Estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19

➤ **[Decreto-Lei n.º 14-G/2020, de 13 de abril](#)**

Estabelece as medidas excecionais e temporárias na área da educação, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

➤ **[Portaria n.º 97/2020, de 19 de abril](#)**

Altera a [Portaria n.º 82/2020](#), de 29 de março, que estabelece os serviços essenciais para efeitos de acolhimento, nos estabelecimentos de ensino, dos filhos ou outros dependentes a cargo dos respetivos profissionais

➤ **[Lei n.º 10/2020, de 18 de abril](#)**

Regime excecional e temporário quanto às formalidades da citação e da notificação postal, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

➤ **[Declaração de Retificação n.º 17/2020, de 23 de abril](#)**

Declaração de Retificação à [Lei n.º 10/2020](#), de 18 de abril, «Regime excecional e temporário quanto às formalidades da citação e da notificação postal, no âmbito da pandemia da doença COVID-19»

➤ **[Decreto-Lei n.º 18-A/2020, de 23 de abril](#)**

Estabelece as medidas excecionais e temporárias na área do desporto, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

- **[Portaria n.º 101/2020, de 23 de abril](#)**
Procede à primeira alteração à [Portaria n.º 357/2019](#), de 8 de outubro, que regulamenta as comunicações eletrónicas entre os tribunais judiciais e as escolas da rede pública tuteladas pelo Ministério da Educação
- **[Decreto-Lei n.º 18-A/2020, de 23 de abril](#)**
Estabelece as medidas excecionais e temporárias na área do desporto, no âmbito da pandemia da doença COVID-19
- **[Decreto-Lei n.º 19/2020, de 30 de abril](#)**
Estabelece um regime temporário e excecional de apoio às associações humanitárias de bombeiros, no âmbito da pandemia da doença COVID-19
- **[Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-C/2020, de 30 de abril](#)**
Estabelece uma estratégia de levantamento de medidas de confinamento no âmbito do combate à pandemia da doença COVID 19
- **[Despacho n.º 5176-B/2020, de 04 de maio](#)**
Procede à prorrogação das medidas excecionais e temporárias relativas à suspensão do ensino da condução, exames e da atividade de formação presencial de certificação de profissionais
- **[Despacho n.º 5186/2020, de 05 de maio](#)**
Contratos celebrados ao abrigo do [Decreto-Lei n.º 10-A/2020](#), 13 de março
- **[Decreto-Lei n.º 20-A/2020, de 06 de maio](#)**
Estabelece um regime excecional e temporário de aquisição de espaço para publicidade institucional aos órgãos de comunicação social, no âmbito da pandemia da doença COVID-19
- **[Lei n.º 12/2020, de 07 de maio](#)**
Promove e garante a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19, procedendo à primeira alteração às [Lei n.ºs 4-B/2020](#), de 6 de abril, e [6/2020](#), de 10 de abril
- **[Despacho n.º 5335-B/2020, de 07 de maio](#)**
Estabelece a forma da celebração das aparições de Fátima a 12 e 13 de maio
- **[Lei n.º 14/2020, de 09 de maio](#)**
Terceira alteração à [Lei n.º 1-A/2020](#), de 19 de março, que aprova medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19
- **[Despacho n.º 5436/2020, de 12 de maio](#)**

Determina que o [Despacho n.º 4097-B/2020](#), de 2 de abril, publicado no Diário da República, 2.ª série, 2.º suplemento, n.º 66, de 2 de abril de 2020, mantém-se em vigor enquanto perdurar a situação epidemiológica nacional provocada pela infeção por SARS-CoV-2, causadora da doença COVID-19

➤ [Decreto-Lei n.º 20-H/2020, de 14 de maio](#)

Estabelece medidas excecionais de organização e funcionamento das atividades educativas e formativas, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Este decreto-lei procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 14-G/2020, de 13 de abril. Consulte a sua versão consolidada, [aqui](#).

➤ [Declaração de Retificação n.º20/2020, de 15 de maio](#)

Retifica a [Lei n.º 1-A/2020](#), de 19 de março, «Medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19»

➤ [Decreto-Lei n.º 22/2020, de 16 de maio](#)

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19

Este decreto-lei procede à décima primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março. Consulte a sua versão consolidada, [aqui](#).

➤ [Despacho n.º 5546/2020, de 16 de maio](#)

Procede à retoma do ensino da condução e da atividade de formação presencial de certificação de profissionais

➤ [Resolução do Conselho de ministros n.º 38-B/2020, de 19 de maio](#)

Estabelece uma medida excecional e temporária de aquisição de espaço para a difusão de ações de publicidade institucional do Estado, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

➤ [Despacho n.º 5638-C/2020, de 20 de maio](#)

Determina a prorrogação da suspensão de ações de formação presenciais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, entre o dia 1 e o dia 17 de maio de 2020

➤ [Decreto-Lei n.º 24/2020, de 25 de maio](#)

Regula o acesso, a ocupação e a utilização das praias de banhos, no contexto da pandemia da doença COVID-19, para a época balnear de 2020

➤ [Portaria n.º 126/2020, de 26 de maio](#)

Determina a isenção de taxa de registo e de contribuição regulatória para quaisquer estruturas de natureza extraordinária e temporariamente criadas para a prestação de cuidados de saúde, ou temporariamente dedicadas à prestação de cuidados de saúde, no âmbito da resposta à epidemia por SARS-CoV-2 e à doença COVID-19

➤ [Despacho n.º 5793-A/2020, de 26 de maio](#)

Implementação de um procedimento simplificado de instrução dos pedidos de concessão de autorização de residência

➤ **[Declaração de Retificação n.º 22/2020, de 28 de maio](#)**

Retifica a [Resolução do Conselho de Ministros n.º 38-B/2020](#), de 19 de maio, que estabelece uma medida excecional e temporária de aquisição de espaço para a difusão de ações de publicidade institucional do Estado, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, publicada no Diário da República, 1.ª série, 1.º suplemento, n.º 97, de 19 de maio de 2020

➤ **[Lei n.º 16/2020, de 29 de maio](#)**

Altera as medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia da doença COVID-19, procedendo à quarta alteração à [Lei n.º 1-A/2020](#), de 19 de março, à primeira alteração à [Lei n.º 9/2020](#), de 10 de abril, e à décima segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 10-A/2020](#), de 13 de março

➤ **[Decreto-Lei n.º 24-A/2020, de 29 de maio](#)**

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19

➤ **[Portaria n.º 136/2020, de 04 de junho](#)**

Procede, para o ano de 2020, à identificação das águas balneares costeiras e de transição e das águas balneares interiores, fixando as respetivas épocas balneares, bem como à identificação das praias de banhos onde é assegurada a presença de nadadores-salvadores

➤ **[Despacho n.º 6134-A/2020, de 05 de junho](#)**

Determina que o funcionamento e utilização de piscinas ao ar livre obriga a que os responsáveis pela gestão destes espaços implementem procedimentos de prevenção e controlo da infeção, assegurando o cumprimento de regras de ocupação, permanência, higienização dos espaços e distanciamento físico entre utentes

➤ **[Portaria n.º 139-A/2020, de 12 de junho](#)**

Primeira alteração à [Portaria n.º 136/2020](#), de 4 de junho, que procede, para o ano de 2020, à identificação das águas balneares costeiras e de transição e das águas balneares interiores, fixando as respetivas épocas balneares, e à qualificação, como praias de banhos, das praias marítimas e das praias de águas fluviais e lacustres, bem como à identificação das praias de uso limitado

➤ **[Despacho n.º 6344/2020, de 16 de junho](#)**

Determina que compete à ACT fiscalizar o cumprimento das regras específicas da DGS, no que respeita à prevenção da transmissão da infeção por SARS-CoV-2, designadamente nos locais de trabalho, incluindo áreas comuns e instalações de apoio, bem como nas deslocações em viaturas de serviço, em particular, nas áreas da construção civil e das cadeias de abastecimento, transporte e distribuição, caracterizadas por grande rotatividade de trabalhadores e onde se tem verificado

maior incidência e surtos da doença COVID-19, especialmente nos concelhos de Amadora, Lisboa, Loures, Odivelas e Sintra

➤ **[Lei n.º 20/2020, de 01 de julho](#)**

Procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 14-G/2020](#), de 13 de abril, que estabelece as medidas excecionais e temporárias na área da educação, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

➤ **[Decreto-Lei n.º 33/2020, de 01 de julho](#)**

Aprova medidas excecionais para garantir o acesso ao ensino superior, no ano letivo de 2020-2021, por estudantes oriundos dos sistemas de ensino secundário estrangeiros

➤ **[Despacho n.º 6825-A/2020, de 01 de julho](#)**

Determina que os intervenientes na gestão de casos de doença COVID-19 e dos seus contactos, que participam na vigilância epidemiológica e no apoio à sua realização, se encontram vinculados a um especial dever de colaboração e de celeridade na sua atuação, no quadro das suas competências

➤ **[Despacho n.º 4254-A/2020, de 16 de julho](#)**

Procede à primeira alteração ao [Despacho n.º 5546/2020](#), de 16 de maio, que procede à retoma do ensino da condução e da atividade de formação presencial de certificação de profissionais

➤ **[Resolução do Conselho de Ministros n.º 53-D/2020, de 20 de julho](#)**

Estabelece medidas excecionais e temporárias para a organização do ano letivo 2020/2021, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

➤ **[Lei n.º 28/2020, de 28 de julho](#)**

Alarga o prazo para a realização por meios de comunicação à distância das reuniões dos órgãos das autarquias locais e das entidades intermunicipais, procedendo à quinta alteração à [Lei n.º 1-A/2020](#), de 19 de março, que aprova medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARSCoV-2 e da doença COVID-19

➤ **[Decreto-Lei n.º 51/2020, de 07 de agosto](#)**

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19

➤ **[Portaria n.º 193/2020, de 10 de agosto](#)**

Estabelece medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia causada pela doença COVID-19 no âmbito dos apoios financeiros atribuídos às associações de jovens no ano de 2020

➤ **[Deliberação n.º 802/2020, de 10 de agosto](#)**

Delibera a utilização de exames finais nacionais do ensino secundário, realizados na 2.^a fase de exames do ano letivo de 2019-2020, na candidatura ao ensino superior de 2020-2021

➤ **[Decreto-Lei n.º 53/2020, de 11 de agosto](#)**

Transpõe a Diretiva (UE) 2020/876, no sentido de diferir prazos para a apresentação e troca de informações no domínio da fiscalidade devido à pandemia da doença COVID-19

➤ **[Decreto-Lei n.º 58-B/2020, de 14 de agosto](#)**

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19

➤ **[Lei n.º 38/2020, de 18 de agosto](#)**

Medidas excecionais e temporárias para salvaguarda dos direitos dos trabalhadores e estudantes do ensino superior público

➤ **[Portaria n.º 207-A/2020, de 28 de agosto](#)**

Segunda alteração à [Portaria n.º 136/2020](#), de 4 de junho, alterada pela [Portaria n.º 139-A/2020](#), de 12 de junho, que procede, para o ano de 2020, à identificação das águas balneares costeiras e de transição e das águas balneares interiores, fixando as respetivas épocas balneares, e à qualificação, como praias de banhos, das praias marítimas e das praias de águas fluviais e lacustres, em território nacional

➤ **[Decreto-Lei n.º 62-A/2020, de 03 de setembro](#)**

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19

➤ **[Portaria n.º 224/2020, de 24 de setembro](#)**

Altera o Regulamento do EUROMILHÕES, aprovado pela [Portaria n.º 1267/2004](#), de 1 de outubro

➤ **[Decreto-Lei n.º 78-A/2020, de 29 de setembro](#)**

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19

➤ **[Lei n.º 58-A/2020, de 01 de outubro](#)**

Alarga o regime extraordinário de proteção dos arrendatários, procedendo à sexta alteração à [Lei n.º 1-A/2020](#), de 19 de março

➤ **[Despacho n.º 9709/2020, de 07 de outubro](#)**

Autoriza a realização de jogos da Seleção Portuguesa de Futebol e da LigaPro organizados pela Federação Portuguesa de Futebol e pela Liga Portugal, em regime de testes-piloto relativamente à presença de público, de acordo com as orientações emitidas pela Direção-Geral da Saúde

➤ **[Decreto-Lei n.º 87-A/2020, de 15 de outubro](#)**

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19

➤ **[Despacho n.º 9978/2020, de 16 de outubro](#)**

Define medidas tendentes a assegurar o alojamento dos estudantes deslocados e bolseiros em empreendimentos turísticos ou em estabelecimentos de alojamento local

➤ **[Despacho n.º 10112-A/2020, de 20 de outubro](#)**

Autoriza a realização do Grande Prémio de Portugal de Fórmula 1 de 2020 e determina a implementação dos procedimentos de prevenção e controlo da infeção por SARS-

CoV-2 por parte da entidade organizadora do evento, bem como o cumprimento das orientações emitidas pela Direção-Geral da Saúde

➤ **[Despacho n.º 10201-A/2020, de 22 de outubro](#)**

Autoriza, a título excecional, a realização do teste-piloto, referido no parecer técnico da Direção-Geral da Saúde (DGS), de 21 de outubro de 2020, com a presença de público, nos estritos termos aí previstos

➤ **[Lei n.º 62-A/2020, de 27 de outubro](#)**

Imposição transitória da obrigatoriedade do uso de máscara em espaços públicos

➤ **[Despacho n.º 10520/2020, de 29 de outubro](#)**

Determina a composição da estrutura de monitorização da situação de calamidade e respetivas incumbências

➤ **[Despacho n.º 10452-A/2020, de 27 de outubro](#)**

Autorização de testes-piloto relativamente à presença de público nos jogos da Liga dos Campeões e da Liga Europa, organizados pela UEFA e pela Federação Portuguesa de Futebol, nos dias 27 e 29 de outubro de 2020, no Estádio do Dragão, no Porto, e no Estádio da Luz, em Lisboa

➤ **[Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2020, de 31 de outubro](#)**

Autoriza a realização da despesa com a aquisição de doses de tratamento de Remdesivir

➤ **[Despacho n.º 10775/2020, de 03 de novembro](#)**

Determina a prontidão, ativação e colaboração das Forças Armadas no âmbito da estirpe SARS-CoV-2 do Coronavírus

➤ **[Decreto-Lei n.º 94-A/2020, de 03 de novembro](#)**

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19

➤ **[Despacho n.º 10831/2020, de 04 de novembro](#)**

Cria um grupo de trabalho para analisar os planos de adaptação das modalidades desportivas tuteladas por federações desportivas com o estatuto de utilidade pública desportiva e a sua conformidade com as medidas gerais e específicas de prevenção do risco de contágio da COVID-19

➤ **[Despacho n.º 10942-A/2020, de 06 de novembro](#)**

Cria estruturas de apoio de retaguarda (EAR), em todos os distritos do território continental, para acolher pessoas infetadas com SARS-CoV-2 e utentes de estruturas residenciais para pessoas idosas (ERPI), infetados com SARS-CoV-2, que careçam de apoio específico, sem necessidade de internamento hospitalar

➤ **[Lei orgânica n.º 3/2020, de 11 de novembro](#)**

Regime excecional e temporário de exercício de direito de voto antecipado para os eleitores que estejam em confinamento obrigatório, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, em atos eleitorais e referendários a realizar no ano de 2021

➤ **[Resolução do Conselho de Ministros n.º 99/2020, de 18 de novembro](#)**



Autoriza a Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., a realizar despesa relativa aos acordos de cooperação referentes à aquisição de prestações de saúde com as misericórdias

➤ [Portaria n.º 279/2020, de 07 de dezembro](#)

Procede à oitava alteração ao Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego, aprovado em anexo à [Portaria n.º 97-A/2015](#), de 30 de março

➤ [Despacho n.º 12159/2020, de 15 de dezembro](#)

Define o prazo para a apresentação das candidaturas ao reforço da comparticipação financeira do programa de apoio financeiro complementar à execução do Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais Carenciadas (POAPMC) no que se refere à 2.^a fase, com o objetivo de fazer face ao aumento do número de destinatários do POAPMC, decorrente dos efeitos da situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2

➤ [Lei n.º 75-D/2020, de 31 de dezembro](#)

Renovação da imposição transitória da obrigatoriedade do uso de máscara em espaços públicos, prorrogando a vigência da [Lei n.º 62-A/2020](#), de 27 de outubro

➤ [Decreto-Lei n.º 106-A/2020, de 30 de dezembro](#)

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19

➤ [Lei n.º 1-A/2021, de 13 de janeiro](#)

Alarga até 30 de junho de 2021 o prazo para a realização por meios de comunicação à distância das reuniões dos órgãos das autarquias locais e das entidades intermunicipais, alterando a [Lei n.º 1-A/2020](#), de 19 de março, que aprova medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19

➤ [Deliberação n.º 70/2021, de 18 de janeiro](#)

Criação de equipa de projeto para o acompanhamento do plano de implementação das medidas excecionais relativas à situação epidemiológica do novo coronavírus, COVID-19

➤ [Despacho n.º 858-A/2021, de 20 de janeiro](#)

Alargamento do âmbito e reforço da operacionalização das estruturas de apoio de retaguarda (EAR) criadas pelo Despacho n.º 10942-A/2020

Sustentabilidade da Economia e das Empresas - Medidas Genéricas

➤ [Despacho n.º 2-A/2020, de 02 de março](#)

Ordena aos empregadores públicos a elaboração de um plano de contingência alinhado com as orientações emanadas pela Direção-Geral da Saúde, no âmbito da prevenção e controlo de infeção por novo Coronavírus (COVID-19)

➤ **[Despacho n.º 3547-A/2020, de 22 de março](#)**

Regulamenta a declaração do estado de emergência, assegurando o funcionamento das cadeias de abastecimento de bens e dos serviços públicos essenciais, bem como as condições de funcionamento em que estes devem operar

➤ **[Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-A/2020, de 23 de março](#)**

Alarga o diferimento de prestações vincendas no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional ou no Portugal 2020 a todas as empresas, devido à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19

➤ **[Decreto-Lei 10-L/2020, de 26 de março](#)**

Altera as regras gerais de aplicação dos fundos europeus estruturais e de investimento, de forma a permitir a antecipação dos pedidos de pagamento

➤ **[Lei n.º 4-B/2020, de 6 de abril](#)**

Estabelece um regime excecional de cumprimento das medidas previstas nos Programas de Ajustamento Municipal e de endividamento das autarquias locais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, e procede à segunda alteração à [Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março](#)

➤ **[Decreto-Lei n.º 14-A/2020, de 7 de abril](#)**

Altera o prazo de implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos

➤ **[Despacho n.º 4328-C/2020, de 8 de abril](#)**

Alteração do [Despacho n.º 3547-A/2020](#), de 22 de março, que assegura o funcionamento das cadeias de abastecimento de bens e dos serviços públicos essenciais, bem como as condições de funcionamento em que estes devem opera

➤ **[Decreto-Lei n.º 14-E/2020, de 13 de abril](#)**

Estabelece um regime excecional e temporário para a conceção, o fabrico, a importação, a comercialização nacional e a utilização de dispositivos médicos para uso humano e de equipamentos de proteção individual

➤ **[Despacho n.º 5023-C/2020, de 27 de abril](#)**

Altera a alínea g) do n.º 4 do [Despacho n.º 3547-A/2020](#), de 22 de março, sobre prestação de serviços de atendimento ao público

➤ **[Declaração de Retificação n.º 18/2020, de 30 de abril](#)**

Retifica a [Lei n.º 7/2020](#), «Estabelece regimes excecionais e temporários de resposta à epidemia SARS-CoV-2, e procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 10-I/2020](#), de 26 de março, e à quarta alteração à [Lei n.º 27/2007](#), de 30 de julho»

➤ **[Decreto-Lei n.º 19-A/2020, de 30 de abril](#)**

Estabelece um regime excecional e temporário de reequilíbrio financeiro de contratos de execução duradoura, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

➤ **[Lei n.º 13/2020, de 07 de maio](#)**

Estabelece medidas fiscais, alarga o limite para a concessão de garantias, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, e procede à primeira alteração à [Lei n.º 2/2020](#), de 31 de março, Orçamento do Estado para 2020

➤ **[Despacho n.º 5335-A/2020, de 07 de maio](#)**

COVID-19 - gel desinfetante - taxa reduzida de IVA

➤ **[Despacho n.º 5503-B/2020, de 13 de maio](#)**

Concessão de uma garantia pessoal do Estado ao Fundo de Contragarantia Mútuo, no âmbito do apoio às empresas nacionais decorrentes da pandemia da doença COVID-19

➤ **[Decreto-Lei n.º 20-G/2020, de 14 de maio](#)**

Estabelece um sistema de incentivos à segurança nas micro, pequenas e médias empresas, no contexto da doença COVID-19

➤ **[Despacho n.º 5638-A/2020, de 20 de maio](#)**

Aprova as listas das entidades que beneficiam da isenção de IVA na aquisição de bens necessários para o combate à COVID-19

➤ **[Portaria n.º 122/2020, de 22 de maio](#)**

Procede à terceira alteração ao Regulamento que criou o Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E), aprovado pela [Portaria n.º 105/2017](#), de 10 de março

➤ **[Lei n.º 18/2020, de 29 de maio](#)**

Prorroga os prazos das medidas de apoio às famílias no contexto da atual crise de saúde pública, procedendo à primeira alteração à [Lei n.º 7/2020](#), de 10 de abril, que estabelece regimes excecionais e temporários de resposta à epidemia SARS-CoV-2

➤ **[Despacho n.º 6033-B/2020, de 03 de junho](#)**

Designa o Prof. Doutor António Costa Silva para assegurar a coordenação dos trabalhos preparatórios de elaboração do Programa de Recuperação Económica e Social 2020-2030

➤ **[Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2020, de 06 de junho](#)**

Aprova o Programa de Estabilização Económica e Social

➤ **[Portaria n.º 140/2020, de 15 de junho](#)**

Oitava alteração ao Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização anexo à [Portaria n.º 57-A/2015](#), de 27 de fevereiro

Para permitir a leitura integrada e sistemática dos atos normativos descritos na [Portaria n.º 140/2020](#), de 15 de junho, pode consultar as versões consolidadas da [Portaria n.º 57-A/2015](#), de 27 de fevereiro (que adota o Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização), da [Portaria n.º 57-B/2015](#), de 27 de fevereiro (que adota o Regulamento Específico Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos), da [Portaria n.º 97-A/2015](#), de 30 de março (que adota o Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego), da [Portaria n.º 60-C/2015](#), de 2 de março (que adota o Regulamento Específico do Domínio do Capital Humano), e do [Decreto-Lei n.º 137/2014](#), de 12 de setembro (que estabelece o modelo de governação dos fundos europeus estruturais e de investimento para o período de 2014-2020).

➤ [Despacho n.º 7006-A/2020, de 08 de julho](#)

Autoriza o funcionamento de equipamentos de diversão e similares mediante observância das regras sanitárias e de segurança aplicáveis

➤ [Decreto-Lei n.º 36/2020, de 15 de julho](#)

Simplifica o procedimento de licenciamento dos estabelecimentos industriais de fabrico de dispositivos médicos, equipamentos de proteção individual, álcool etílico e produtos biocidas desinfetantes

Este decreto-lei procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 14-E/2020, de 13 de abril. Consulte a sua versão consolidada, [aqui](#).

➤ [Decreto-Lei n.º 46-A/2020, de 30 de julho](#)

Cria o apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade em empresas em situação de crise empresarial com redução temporária do período normal de trabalho

➤ [Lei n.º 29/2020, de 31 de julho](#)

Medidas fiscais de apoio às micro, pequenas e médias empresas no quadro da resposta ao novo coronavírus SARS-CoV-2 e à doença COVID-19

➤ [Despacho n.º 7619/2020, de 03 de agosto](#)

Define as regras para o reforço da comparticipação financeira do programa de apoio financeiro complementar à execução do Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais Carenciadas (POAPMC) no que se refere à 2.ª fase, com o objetivo de fazer face ao aumento do número de destinatários do POAPMC, decorrente dos efeitos da situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2

➤ [Lei n.º 34/2020, de 13 de agosto](#)

Regime de apoio à retoma e dinamização da atividade dos feirantes e empresas de diversões itinerantes

➤ [Lei n.º 35/2020, de 13 de agosto](#)

Altera as regras sobre endividamento das autarquias locais para os anos de 2020 e 2021 e prorroga o prazo do regime excecional de medidas aplicáveis às autarquias locais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, procedendo à segunda alteração às Leis n.os [4-B/2020](#), de 6 de abril, e [6/2020](#), de 10 de abril

- **[Decreto-Lei n.º 58-A/2020, de 14 de agosto](#)**
Clarifica as medidas excecionais e temporárias no âmbito do Programa de Estabilização Económica e Social
- **[Lei n.º 42/2020, de 18 de agosto](#)**
Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao [Decreto-Lei n.º 19/2020](#), de 30 de abril, que estabelece um regime temporário e excecional de apoio às associações humanitárias de bombeiros, no âmbito da pandemia da doença COVID-19
- **[Lei n.º 43/2020, de 18 de agosto](#)**
Estabelece o regime fiscal temporário das entidades organizadoras da competição UEFA Champions League 2019/2020 Finals e prorroga a isenção de imposto sobre o valor acrescentado nas transmissões e aquisições intracomunitárias de bens necessários para o combate à pandemia da doença COVID-19, procedendo à primeira alteração à [Lei n.º 13/2020](#), de 7 de maio
- **[Despacho n.º 8422/2020, de 2 de setembro](#)**
Altera o [Despacho n.º 5638-A/2020](#), de 18 de maio, que aprova as listas das entidades que beneficiam da isenção do IVA na aquisição de bens necessários para o combate à COVID-19
- **[Decreto-Lei n.º 79/2020, de 01 de outubro](#)**
Prolongamento da aplicação do mecanismo de alisamento do custo da energia adquirida a produtores em regime especial
- **[Decreto-Lei n.º 90/2020, de 19 de outubro](#)**
Altera o apoio extraordinário relativo à retoma progressiva de atividade em empresas em situação de crise empresarial
- **[Portaria n.º 250-B/2020, de 23 de outubro](#)**
Portaria que regulamenta as condições e os procedimentos de atribuição do apoio extraordinário de proteção social para trabalhadores em situação de desproteção económica e social e que não tenham acesso a qualquer instrumento ou mecanismo de proteção social
- **[Portaria n.º 255-A/2020, de 27 de outubro](#)**
Procede à regulamentação da [Lei n.º 34/2020](#), de 13 de agosto, que aprovou o regime de apoio à retoma e dinamização da atividade dos feirantes e empresas de diversões itinerantes
- **[Declaração de Retificação n.º 43/2020](#)**
Retifica a [Portaria n.º 250-B/2020](#), de 23 de outubro, que regulamenta as condições e os procedimentos de atribuição do apoio extraordinário de proteção social para trabalhadores em situação de desproteção económica e social e que não tenham acesso a qualquer instrumento ou mecanismo de proteção social
- **[Portaria n.º 266/2020, de 18 de novembro](#)**



Procede à quarta alteração do regulamento do Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego, aprovado pela [Portaria n.º 105/2017](#), de 10 de março, na sua versão atual

➤ [Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2020, de 20 de novembro](#)

Aprova um conjunto de medidas destinadas às empresas no âmbito da pandemia da doença COVID-19

➤ [Lei n.º 75/2020, de 27 de novembro](#)

Processo extraordinário de viabilização de empresas

➤ [Decreto-Lei n.º 101-A/2020, de 27 de novembro](#)

Altera o apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade em empresas em situação de crise empresarial e clarifica o regime excecional e temporário de faltas justificadas motivadas por assistência à família

➤ [Portaria n.º 280/2020, de 07 de dezembro](#)

Procede à primeira alteração à [Portaria n.º 140/2020](#), de 15 de junho

➤ [Decreto-Lei n.º 103/2020, de 15 de dezembro](#)

Altera o sistema de incentivos à adaptação da atividade empresarial ao contexto da COVID-19

➤ [Portaria n.º 294-B/2020, de 18 de dezembro](#)

Procede à primeira alteração à [Portaria n.º 170-A/2020](#), de 13 de julho, que regulamenta os procedimentos, condições e termos de acesso do incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial

➤ [Despacho n.º 12622/2020, de 29 de dezembro](#)

Regulamenta o pedido de reembolso do pagamento especial por conta do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, nos termos do artigo 3.º da [Lei n.º 29/2020](#), de 31 de julho, e altera a regulamentação da suspensão temporária do pagamento por conta do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, nos termos do artigo 2.º do mesmo diploma

➤ [Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2020, de 30 de dezembro](#)

Aprova um conjunto de novas medidas destinadas às empresas e ao emprego no âmbito da pandemia da doença COVID-19

➤ [Decreto-Lei n.º 109/2020, de 31 de dezembro](#)

Estabelece uma isenção de imposto do selo sobre as apólices de seguros de crédito à exportação, apólices de seguros caução e garantias bancárias na ordem externa

[DESPACHO N.º 669/2021 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 10/2021, SÉRIE II DE 2021-01-15](#)

Aprovação das alterações aos termos e condições da Facilidade de Garantia do Estado ao seguro de créditos para riscos comerciais de curto prazo em mercados da OCDE, com a red denominação «Exportação Segura 2021»

➤ [Decreto-Lei n.º 6-D/2021, de 15 de janeiro](#)

Prorroga o prazo dos regimes excecionais de medidas aplicáveis às autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19

➤ [Decreto-Lei n.º 6-E/2021, de 15 de janeiro](#)

Estabelece mecanismos de apoio no âmbito do estado de emergência

➤ [Portaria n.º 15-B/2021, de 15 de janeiro](#)

Altera o Regulamento do Programa APOIAR

➤ [Despacho n.º 818-C/2021, de 19 de janeiro](#)

Determina que os planos de formação que se encontrem em execução à data da desistência do Apoio Extraordinário à Retoma Progressiva de Atividade, com subsequente requerimento do Apoio Extraordinário à Manutenção de Contrato de Trabalho, possam manter-se até à sua conclusão

Sustentabilidade da Economia e das Empresas - Medidas Específicas

Água e Saneamento

➤ [Decreto-Lei n.º 14-B/2020, de 7 de abril](#)

Estabelece medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia COVID-19, no âmbito dos sistemas de titularidade estatal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais

➤ [Lei n.º 11/2020, de 7 de maio](#)

Regime excecional e transitório para a celebração de acordos de regularização de dívida no âmbito do setor da água e do saneamento de águas residuais

Relativamente à regularização das dívidas das autarquias locais no âmbito do setor da água e do saneamento de águas residuais, sugere-se a consulta do [Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro](#).

Agricultura e Pescas

➤ [Despacho n.º 3651/2020, de 24 de março](#)

Adota medidas extraordinárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus – COVID 19, no âmbito do Programa Operacional Mar 2020

➤ [Portaria n.º 81/2020, de 26 de março](#)

Estabelece um conjunto de medidas relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020

➤ **[Portaria n.º 82-B/2020, de 31 de março](#)**

Alteração ao Regulamento do Regime de Apoio aos Investimentos a Bordo no Domínio da Eficiência Energética, Segurança e Seletividade do Programa Operacional Mar 2020, para Portugal Continental

➤ **[Despacho n.º 4116-A/2020, de 3 de abril](#)**

Estabelece os serviços essenciais e as medidas necessárias para garantir as condições de normalidade na produção, transporte, distribuição e abastecimento de bens e serviços agrícolas e pecuários, e os essenciais à cadeia agroalimentar, no quadro das atribuições dos organismos e serviços do Ministério da Agricultura

➤ **[Portaria n.º 86/2020, de 4 de abril](#)**

Estabelece um conjunto de medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica da doença COVID 19, no âmbito da operação 10.2.1.4, «Cadeias curtas e mercados locais», da ação n.º 10.2, «Implementação das estratégias», integrada na medida n.º 10, «LEADER», da área n.º 4, «Desenvolvimento local», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente

➤ **[Portaria n.º 88-D/2020, de 6 de abril](#)**

Estabelece um conjunto de medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID-19, no âmbito da ação 8.1, «Silvicultura Sustentável» da Medida 8 «Proteção e Reabilitação dos Povoamentos Florestais» do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020

➤ **[Portaria n.º 88-E/2020, de 6 de abril](#)**

Estabelece medidas excecionais e temporárias no âmbito da pandemia COVID-19, aplicáveis aos programas operacionais no setor das frutas e produtos hortícolas e respetiva assistência financeira, regulamentados, a nível nacional, pela [Portaria n.º 295-A/2018](#), de 2 de novembro, alterada pela [Portaria n.º 306/2019](#), de 12 de setembro

➤ **[Decreto-Lei n.º 15/2020, de 15 de abril](#)**

Cria uma linha de crédito com juros bonificados dirigida aos operadores do setor da pesca

➤ **[Despacho n.º 4640-C/2020, de 16 de abril](#)**

Determina, para efeitos de financiamento, gestão e acompanhamento da Política Agrícola Comum (PAC), que a situação de pandemia COVID-19 pode ser reconhecida como «caso de força maior», nos termos do n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento (UE) n.º 1306/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, do qual resulta a impossibilidade de dar cumprimento a obrigações estabelecidas nos regimes de apoio aplicáveis nesse âmbito

➤ **[Despacho n.º 4791/2020, de 21 de abril](#)**

Medidas excecionais e temporárias a adotar no âmbito da formação profissional específica setorial regulamentada pelo Ministério da Agricultura

➤ **[Despacho n.º 4946-A/2020, de 23 de abril](#)**

Procede ao alargamento do universo dos destinos admissíveis para os produtos retirados, de modo que, a par das organizações caritativas, possam também beneficiar da referida ação as instituições penitenciárias, as colónias de férias infantis, os hospitais e os lares de idosos

➤ **[Portaria n.º 105-A/2020, de 30 de abril](#)**

Determina a cessação do período de suspensão semanal da atividade da frota que opera em águas interiores não marítimas sob jurisdição das capitania dos portos do continente e na divisão 9 definida pelo Conselho Internacional para a Exploração do Mar (CIEM), procedendo à revogação da [Portaria n.º 88-B/2020](#), de 6 de abril

➤ **[Portaria n.º 105-B/2020, de 30 de abril](#)**

Estabelece medidas excecionais e temporárias no âmbito da pandemia COVID-19, aplicáveis ao ano 2020 do Programa Apícola Nacional, (PAN) relativo ao triénio 2020-2022, regulamentado, a nível nacional, pela [Portaria n.º 325-A/2019](#), de 20 de setembro, alterada pela [Portaria n.º 387-A/2019](#), de 25 de outubro

➤ **[Portaria n.º 105-C/2020, de 30 de abril](#)**

Estabelece medidas complementares à [Portaria n.º 81/2020](#), de 26 de março, relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 (PDR 2020)

➤ **[Portaria n.º 107/2020, de 04 de maio](#)**

Primeira alteração à [Portaria n.º 86/2020](#), de 4 de abril, que estabelece um conjunto de medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica da doença COVID-19, no âmbito da operação 10.2.1.4, «Cadeias curtas e mercados locais», da ação n.º 10.2, «Implementação das estratégias», integrada na medida n.º 10, «LEADER», da área n.º 4, «Desenvolvimento local», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente

➤ **[Decreto-Lei n.º 20-B/2020, de 06 de maio](#)**

Estabelece um apoio extraordinário e temporário, a título de compensação salarial, aos profissionais da pesca, em resultado da pandemia da doença COVID-19

➤ **[Portaria n.º 112/2020, de 09 de maio](#)**

Aprova, para 2020, o Regulamento do Regime de Apoio à Cessação Temporária das Atividades de Pesca das Embarcações Polivalentes

➤ **[Portaria n.º 113/2020, de 09 de maio](#)**

Aprova, para 2020, o Regulamento do Regime de Apoio à Cessação Temporária das Atividades de Pesca de Arrasto Costeiro

➤ **[Portaria n.º 114/2020, de 09 de maio](#)**

Aprova, para 2020, o Regulamento do Regime de Apoio à Cessação Temporária das Atividades de Pesca com Recurso a Artes de Cerco

➤ **[Despacho n.º 5697/2020, de 22 de maio](#)**

Determina as datas limite para a apresentação do pedido único (PU), bem como para a comunicação de alterações ao pedido único no ano de 2020

➤ **[Despacho n.º 5698/2020, de 22 de maio](#)**

Adota medidas extraordinárias no âmbito do Fundo Azul

➤ **[Portaria n.º 125-A/2020, de 25 de maio](#)**

Prorrogação do prazo estabelecido no n.º 5 do artigo 14.º da [Portaria n.º 151/2016](#), de 25 de maio, que cria o Sistema de Aconselhamento Agrícola e Florestal (SAAF)

➤ **[Portaria n.º 148-A/2020, de 19 de junho](#)**

Estabelece, para o território nacional, as normas complementares de execução para o apoio às medidas de destilação de vinho em caso de crise e de armazenamento de vinho em situação de crise, previstas nos n.os 3 e 4 do Regulamento (CE) n.º 2020/592, da Comissão, de 30 de abril

➤ **[Portaria n.º 148-B/2020, de 19 de junho](#)**

Estabelece medidas excecionais e temporárias no âmbito da pandemia da doença COVID-19, aplicáveis ao regime da pequena agricultura e ao regime de pagamento redistributivo, previstos na [Portaria n.º 57/2015](#), de 27 de fevereiro

➤ **[Portaria n.º 155-A/2020, de 23 de junho](#)**

Estabelece medidas excecionais e temporárias no âmbito da pandemia COVID-19, aplicáveis às organizações de produtores e respetivas associações reconhecidas a nível nacional

➤ **[Portaria n.º 162-B/2020, de 30 de junho](#)**

Aprova o Regulamento do Regime de Compensação aos Aquicultores pela Suspensão ou Redução Temporárias da Produção e das Vendas em consequência do surto de COVID-19, do Programa Operacional (PO) Mar 2020, para Portugal Continental

➤ **[Portaria n.º 174-A/2020, de 20 de julho](#)**

Primeira alteração da [Portaria n.º 148-A/2020](#), de 19 de junho

➤ **[Decreto-Lei n.º 80/2020, de 02 de outubro](#)**

Cria uma linha de crédito com juros bonificados dirigida aos produtores de flores de corte e plantas ornamentais

➤ **[Portaria n.º 258/2020, de 02 de novembro](#)**

Segunda alteração aos Regulamentos dos Regimes de Apoio à Cessaçãõ Temporária da Atividade de Pesca dos Armadores e Pescadores de Embarcações Polivalentes, de Arrasto Costeiro e do Cerco, aprovados pelas Portarias n.os [112/2020](#), [113/2020](#) e [114/2020](#), de 9 de maio

➤ **[Portaria n.º 265-A/2020, de 16 de novembro](#)**

Segunda alteração à [portaria n.º 86/2020](#), de 4 de abril, que estabelece um conjunto de medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica da doença COVID-19, no âmbito da operação n.º 10.2.1.4, «Cadeias curtas e mercados locais», da ação n.º 10.2, «Implementação das estratégias», integrada na medida n.º 10, «LEADER», da área n.º 4, «Desenvolvimento local», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente

➤ **[Portaria n.º 268/2020, de 18 de novembro](#)**

Estabelece o regime de aplicação da medida excecional e temporária prevista no artigo 39.º-B do [Regulamento \(UE\) n.º 1305/2013](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, na sua redaçãõ atual, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente

➤ **[Portaria n.º 273-A/2020, de 25 de novembro](#)**

Estabelece medidas excecionais e temporárias no âmbito da pandemia da COVID-19 aplicáveis aos programas operacionais no setor das frutas e produtos hortícolas e respetiva assistência financeira, regulamentados, a nível nacional, pela [Portaria n.º 295-A/2018](#), de 21 de novembro, de 2 de novembro, alterada pela [Portaria n.º 306/2019](#), de 12 de setembro, ou pela [Portaria n.º 1325/2008](#), de 18 de novembro, alterada pelas [Portarias n.os 1247/2009](#), de 13 de outubro, e [166/2012](#), de 22 de maio

➤ **[Portaria n.º 273-B/2020, de 25 de novembro](#)**

Estabelece medidas excecionais e temporárias no âmbito da pandemia COVID-19, aplicáveis ao ano de 2021, do Programa Apícola Nacional (PAN) relativo ao triênio de 2020-2022, regulamentado, a nível nacional, pela [Portaria n.º 325-A/2019](#), de 20 de setembro, alterada pela [Portaria n.º 387-A/2019](#), de 25 de outubro

➤ **[Portaria n.º 286-A/2020, de 14 de dezembro](#)**

Terceira alteração dos regulamentos dos regimes de apoio à cessaçãõ temporária da atividade de pesca dos armadores e pescadores de embarcações polivalentes, de arrasto costeiro e do cerco, aprovadas pelas portarias n.ºs [112/2020](#), [113/2020](#) e [114/2020](#), de 9 de maio

➤ **[Portaria n.º 11/2021, de 08 de janeiro](#)**

Alteraçãõ do Regulamento do Regime de Compensaçãõ aos Aquicultores pela Suspensãõ ou Reduçãõ Temporárias da Produçãõ e das Vendas em consequência do surto de COVID-19, aprovado pela [Portaria n.º 162-B/2020](#), de 30 de junho

➤ **[Portaria n.º 15-A/2021, de 14 de janeiro](#)**

Quarta alteração à [Portaria n.º 323/2017](#), de 26 de outubro, com as alterações introduzidas pela [Portaria n.º 220/2019](#), de 16 de julho, pela [Portaria n.º 279/2019](#), de 28 de agosto, e pela [Portaria n.º 274-A/2020](#), de 2 de dezembro, que estabelece as normas de execução do regime de apoio à reestruturação e reconversão das vinhas (VITIS), para o período 2019-2023

Arrendamento

➤ [Lei n.º 4-C/2020, de 6 de abril](#)

Regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda devida nos termos de contratos de arrendamento urbano habitacional e não habitacional, no âmbito da pandemia COVID-19

➤ [Portaria n.º 91/2020, de 14 de abril](#)

Define, em execução do disposto no n.º 2 do artigo 3.º da [Lei n.º 4-C/2020](#), de 6 de abril, que estabelece um regime excecional para as situações de mora no pagamento das rendas atendendo à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e doença COVID-19, os termos em que é efetuada a demonstração da quebra de rendimentos para efeito de aplicação daquele regime excecional a situações de incapacidade de pagamento das rendas habitacionais devidas a partir de 1 de abril de 2020 e até ao mês subsequente ao termo da vigência do estado de emergência

➤ [Lei n.º 17/2020, de 29 de maio](#)

Altera o regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda devida nos termos de contratos de arrendamento urbano habitacional e não habitacional, no âmbito da pandemia COVID-19, procedendo à primeira alteração à [Lei n.º 4-C/2020](#), de 6 de abril

➤ [Lei n.º 45/2020, de 20 de agosto](#)

Altera o regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda nos contratos de arrendamento não habitacional, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, procedendo à segunda alteração à [Lei n.º 4-C/2020](#), de 6 de abril

➤ [Declaração de retificação n.º39/2020, de 12 de outubro](#)

Declaração de retificação à [Lei n.º 45/2020](#), de 20 de agosto, que «Altera o regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda nos contratos de arrendamento não habitacional, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, procedendo à segunda alteração à [Lei n.º 4-C/2020](#), de 6 de abril»

➤ [Lei n.º 75-A/2020, de 30 de dezembro](#)

Altera o regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda devida nos termos de contratos de arrendamento urbano habitacional e não habitacional, no âmbito da pandemia COVID-19, alterando a [Lei n.º 1-A/2020](#), de 19 de março, e a [Lei n.º 4-C/2020](#), de 6 de abril

Banca

➤ **[Decreto-Lei n.º 10-H/2020, de 26 de março](#)**

Estabelece medidas excecionais e temporárias de fomento da aceitação de pagamentos baseados em cartões, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

➤ **[Decreto-Lei n.º 10-J/2020, de 26 de março](#)**

Estabelece medidas excecionais de proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social, bem como um regime especial de garantias pessoais do Estado, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

➤ **[Lei n.º 8/2020, de 10 de abril](#)**

Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao [Decreto-Lei n.º 10-J/2020](#), de 26 de março, que estabelece medidas excecionais de proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social, bem como um regime especial de garantias pessoais do Estado, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

➤ **[Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2020, de 07 de maio](#)**

Deveres de prestação de informação aos clientes bancários sobre a moratória pública, aprovada pelo [Decreto-Lei n.º 10-J/2020](#), de 26 de março, e sobre moratórias privadas

➤ **[Decreto-Lei n.º 26/2020, de 16 de junho](#)**

Altera as medidas excecionais de proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social, bem como um regime especial de garantias pessoais do Estado

Este decreto-lei procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 10-J/2020, de 26 de março. Consulte a sua versão consolidada, [aqui](#).

➤ **[Decreto-Lei n.º 107/2020, de 31 de dezembro](#)**

Altera as medidas excecionais de proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Ciência e Inovação

➤ **[Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2020, de 14 de abril](#)**

Determina a adoção de medidas extraordinárias de resposta à pandemia da doença COVID-19, no âmbito da ciência e inovação

➤ **[Portaria n.º 95/2020, de 18 de abril](#)**

Cria o Sistema de Incentivos à Inovação Produtiva no contexto da COVID-19

➤ **[Portaria n.º 96/2020, de 18 de abril](#)**

Cria o «Sistema de Incentivos a Atividades de Investigação e Desenvolvimento e ao Investimento em Infraestruturas de Ensaio e Otimização (upscaling) no contexto da COVID-19»

Comércio e Indústria

➤ **[Despacho n.º 4698-A/2020, de 17 de abril](#)**

Fixa os preços máximos, durante o período em que vigorar o estado de emergência, para o gás de petróleo liquefeito (GPL) engarrafado, em taras standard em aço, nas tipologias T3 e T5

➤ **[Despacho n.º 4148-A/2020, de 5 de abril](#)**

Esclarece o âmbito de aplicação do ponto iv) da alínea **b)** do n.º 2 da [Resolução do Conselho de Ministros n.º 18-B/2020](#), de 2 de abril.

➤ **[Despacho n.º 4235-A/2020, de 6 de abril](#)**

Reconhece o funcionamento de estabelecimentos industriais de empresas na vigência da situação de calamidade no município de Ovar

➤ **[Despacho n.º 4235-C/2020, de 6 de abril](#)**

Reconhece o funcionamento de estabelecimentos industriais de empresas na vigência da situação de calamidade no município de Ovar

➤ **[Portaria n.º 350/2020, DE 07 de abril](#)**

Regulamenta as características da segunda estampilha especial de 2020

➤ **[Portaria n.º 89/2020, de 7 de abril](#)**

Adota medidas excepcionais, decorrentes da epidemia COVID-19, relativas às formalidades aplicáveis à produção, armazenagem e comercialização, com isenção do imposto, de álcool destinado aos fins previstos no n.º 3 do artigo 67.º do Código dos Impostos Especiais de Consumo (CIEC)

➤ **[Despacho n.º 4270-B/2020, de 7 de abril](#)**

Reconhece o funcionamento de estabelecimentos industriais de empresas na vigência da situação de calamidade no município de Ovar

➤ **[Despacho n.º 4394-C/2020, de 9 de abril](#)**

Reconhece o funcionamento de estabelecimentos industriais no município de Ovar

➤ **[Despacho n.º 4699/2020, de 18 de abril](#)**

Determina que a percentagem de lucro na comercialização, por grosso e a retalho, de dispositivos médicos e de equipamentos de proteção individual identificados no anexo ao [Decreto-Lei n.º 14-E/2020](#), de 13 de abril, bem como de álcool etílico e de gel desinfetante cutâneo de base alcoólica, é limitada ao máximo de 15 %

➤ **[Portaria n.º 102-A/2020, de 27 de abril](#)**

Estabelece um período excecional, entre 1 de maio e 30 de junho de 2020, durante o qual a comercialização de gasolina com especificações de inverno, ainda existente nas armazenagens em território nacional, pode ser comercializada para efeitos do seu escoamento

➤ **[Portaria n.º 105/2020, de 30 de abril](#)**

[Procede](#) à prorrogação, até 31 de dezembro de 2020, do prazo de vigência previsto no artigo 5.º da [Portaria n.º 89/2020](#), de 7 de abril, que adota medidas excecionais, decorrentes da epidemia COVID-19, relativas às formalidades aplicáveis à produção, armazenagem e comercialização, com isenção do imposto, de álcool destinado aos fins previstos no n.º 3 do artigo 67.º do Código dos Impostos Especiais de Consumo (CIEC)

➤ **[Decreto-Lei n.º 20-E/2020, de 12 de maio](#)**

Estabelece um regime excecional e temporário para as práticas comerciais com redução de preço

➤ **[Decreto-Lei n.º 20-F/2020, de 12 de maio](#)**

Estabelece um regime excecional e temporário relativo aos contratos de seguro

➤ **[Despacho n.º 6608-B/2020, de 24 de junho](#)**

Determina os horários de funcionamento dos estabelecimentos autorizados a funcionar 24 horas e dos postos de abastecimento de combustíveis na Área Metropolitana de Lisboa

➤ **[Despacho n.º 6906-A/2020, de 03 de julho](#)**

Determina que, na Área Metropolitana de Lisboa, os estabelecimentos de comércio a retalho e de prestação de serviços, bem como os que se encontrem em conjuntos comerciais, que estejam autorizados a funcionar vinte e quatro horas por dia mas que, nos termos do artigo 5.º do regime anexo à [Resolução do Conselho de Ministros n.º 51-A/2020](#), de 26 de junho, estejam obrigados a encerrar às 20 horas, podem reabrir às 6 horas, bem como os estabelecimentos de prestação de serviços de aluguer de veículos de passageiros ou de mercadorias sem condutor estão excetuados do disposto no n.º 1 do artigo 5.º do regime anexo à [Resolução do Conselho de Ministros n.º 51-A/2020](#), de 26 de junho, podendo, sempre que o respetivo horário de funcionamento o permita, encerrar à 1 hora e reabrir às 6 horas

➤ **[Portaria n.º 285/2020, de 11 de dezembro](#)**

Cria a Medida de Apoio Excecional aos Artesãos e às Unidades Produtivas Artesanais

➤ [Despacho n.º 12649/2020, de 30 de dezembro](#)

Determina a flexibilização do procedimento dos veículos em fim de série, no âmbito da pandemia provocada pela doença COVID-19

Comunicações Eletrónicas

➤ [Decreto-Lei n.º 10-D/2020, de 23 de março](#)

Estabelece medidas excecionais e temporárias de resposta à epidemia da doença COVID-19 relacionadas com o setor das comunicações eletrónicas

➤ [Decreto-Lei n.º 16/2020, de 15 de abril](#)

Estabelece normas excecionais e temporárias destinadas à prática de atos por meios de comunicação à distância, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

➤ [Decreto-Lei n.º 30-A/2020, de 29 de junho](#)

Prorroga a vigência das normas excecionais e temporárias destinadas à prática de atos por meios de comunicação à distância, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Emprego

➤ [Despacho n.º 3485-C/2020, de 19 de março](#)

Determina a suspensão de ações de formação ou atividades previstas nos projetos enquadrados nas medidas ativas de emprego e reabilitação profissional devido ao encerramento de instalações por perigo de contágio pelo COVID-19

➤ [Decreto-Lei n.º 10-G/2020, de 26 de março](#)

Estabelece uma medida excepcional e temporária de proteção dos postos de trabalho, no âmbito da pandemia COVID-19

➤ [Decreto-Lei n.º 10-K/2020, de 26 de março](#)

Estabelece um regime excepcional e temporário de faltas justificadas motivadas por assistência à família, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

➤ [Decreto-Lei n.º 10-F/2020, de 26 de março](#)

Estabelece um regime excepcional e temporário de cumprimento de obrigações fiscais e contribuições sociais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

➤ [Despacho n.º 4395/2020, de 10 de abril](#)

Define regras complementares ao [Despacho n.º 3485-C/2020](#), de 17 de março, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 56, 1.º suplemento, de 19 de março de 2020

➤ [Portaria n.º 94-A/2020, de 16 de abril](#)

Regulamenta os procedimentos de atribuição dos apoios excecionais de apoio à família, dos apoios extraordinários à redução da atividade económica de trabalhador independente e à manutenção de contrato de trabalho em situação de crise empresarial, do diferimento das contribuições dos trabalhadores independentes e do reconhecimento do direito à prorrogação de prestações do sistema de segurança social

➤ [Despacho n.º 4698-F/2020, de 17 de abril](#)

Determina a prorrogação da suspensão das atividades formativas presenciais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

➤ [Portaria n.º 94-B/2020, de 17 de abril](#)

Suspende a verificação do requisito de não existência de dívidas de entidades candidatas ou promotoras ao IEFP, I. P., para a aprovação de candidaturas e realização de pagamentos de apoios financeiros pelo IEFP, I. P., às respetivas entidades, no âmbito das medidas de emprego e formação profissional em vigor

➤ [Despacho n.º 6033-A/2020, de 03 de junho](#)

Considera motivo justificativo para a suspensão de prazos das ações dos centros de recursos da rede do IEFP, I. P., o impedimento temporário de realização das intervenções previstas decorrente da pandemia da COVID-19

➤ [Despacho n.º 6087-A/2020, de 04 de junho](#)

Determina o modo de implementação pelo Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P., das ações previstas no plano de formação cumulável com o apoio extraordinário à manutenção de contrato de trabalho em situação de crise empresarial, previsto no [Decreto-Lei n.º 10-G/2020](#), de 26 de março, na sua redação atual

➤ [Decreto-Lei n.º 27-B/2020, de 19 de junho](#)

Prorroga o apoio extraordinário à manutenção dos contratos de trabalho em situação de crise empresarial e cria outras medidas de proteção ao emprego, no âmbito do Programa de Estabilização Económica e Social

Este decreto-lei procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 10-G/2020, de 26 de março. Consulte a sua versão consolidada, [aqui](#).

➤ [Lei n.º 36/2020, de 13 de agosto](#)

Suspensão dos prazos de caducidade dos contratos de trabalho dos trabalhadores de instituições de ciência, tecnologia e ensino superior

➤ [Despacho n.º 8148/2020, de 21 de agosto](#)

Define medidas excecionais e temporárias que salvaguardem a viabilidade das empresas e outras entidades empregadoras beneficiárias dos apoios financeiros públicos

- **[Portaria n.º 207/2020, de 27 de agosto](#)**
Regula a medida Incentivo ATIVAR.PT, que consiste na concessão, à entidade empregadora, de um apoio financeiro à celebração de contrato de trabalho com desempregado inscrito no Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P.
- **[Decreto-Lei n.º 79-A/2020, de 01 de outubro](#)**
Estabelece um regime excecional e transitório de reorganização do trabalho e de minimização de riscos de transmissão da infeção da doença COVID-19 no âmbito das relações laborais
- **[Decreto-Lei n.º 89/2020, de 16 de outubro](#)**
Estabelece um regime excecional de constituição de relações jurídicas de emprego na área da saúde
- **[Despacho n.º 10277/2020, de 26 de outubro](#)**
Cria a comissão de coordenação de preparação de uma proposta de Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, no âmbito do Pilar Europeu dos Direitos Sociais
- **[Decreto-Lei n.º 95/2020, de 04 de novembro](#)**
Procede à adequação da fórmula de cálculo do subsídio de desemprego nas situações de redução do prazo de garantia e determina a suspensão temporária do dever de exclusividade
- **[Decreto-Lei n.º 98/2020, de 18 de novembro](#)**
Procede à alteração excecional e temporária das regras de sequencialidade dos apoios à manutenção dos postos de trabalho
- **[Despacho n.º 12524/2020, de 23 de dezembro](#)**
Estende a algumas situações a aplicação do [Despacho n.º 8148/2020](#), de 21 de agosto, que define medidas excecionais e temporárias que salvaguardem a viabilidade das empresas e outras entidades empregadoras beneficiárias dos apoios financeiros públicos
- **[Portaria n.º 309/2020, de 31 de dezembro](#)**
Prorrogação da suspensão de verificação do requisito de não existência de dívidas de entidades candidatas ou promotoras ao IEFP, I. P., para a aprovação de candidaturas e realização de pagamentos de apoios financeiros pelo IEFP, I. P., às respetivas entidades, no âmbito das medidas de emprego e formação profissional em vigor, determinado através da [Portaria n.º 94-B/2020](#), de 17 de abril, e prorrogado pela [Portaria n.º 184/2020](#), de 5 de agosto
- **[Decreto-Lei n.º 6-C/2021, de 15 de janeiro](#)**
Prorroga o apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade em empresas em situação de crise empresarial

OBRIGAÇÕES FISCAIS

- **[Decreto-Lei n.º 10-F/2020, de 26 de março](#)**
Estabelece um regime excecional e temporário de cumprimento de obrigações fiscais e contribuições sociais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19
- **[Despacho n.º 8844-B/2020, de 14 de setembro](#)**
Determina que a AT deverá disponibilizar oficiosamente aos contribuintes a faculdade de pagamento em prestações, sem necessidade de prestação de garantia nos termos do [Decreto-Lei n.º 492/88](#), de 30 de dezembro, de dívidas de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) de valor igual ou inferior, respetivamente, a (euro) 5000 e (euro) 10 000, independentemente da apresentação do pedido
- **[Decreto-Lei n.º 103-A/2020, de 15 de dezembro](#)**
Altera o regime excecional e temporário de cumprimento de obrigações fiscais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Proteção Social

- **[Despacho n.º 2875-A/2020, de 03 de março](#)**
Adota medidas para acautelar a proteção social dos beneficiários que se encontrem impedidos, temporariamente, do exercício da sua atividade profissional por ordem da autoridade de saúde, devido a perigo de contágio pelo COVID-19
- **[Despacho n.º 3103-A/2020, de 9 de março](#)**
Operacionaliza os procedimentos previstos no Despacho n.º 2875-A/2020, no âmbito do contágio pelo COVID-19
- **[Portaria n.º 8-A/2020, de 3 de abril](#)**
Define e regulamenta os termos e as condições de atribuição dos apoios de caráter extraordinário, temporário e transitório, destinados ao setor social e solidário, em razão da situação epidemiológica do novo coronavírus - COVID 19, tendo em vista apoiar as instituições particulares de solidariedade social, cooperativas de solidariedade social, organizações não-governamentais das pessoas com deficiência e equiparadas no funcionamento das respostas sociais
- **[Portaria n.º 88-C/2020, de 6 de abril](#)**
Procede ao aumento, para o ano de 2020, da comparticipação financeira da segurança social, no âmbito da aplicação do regime jurídico da cooperação previsto na [Portaria n.º 196-A/2015](#), de 1 de julho, na sua redação atual
- **[Portaria n.º 94-C/2020, de 17 de abril](#)**

Cria a Medida de Apoio ao Reforço de Emergência

➤ **[Decreto-Lei n.º 20-C/2020, de 07 de maio](#)**

Estabelece medidas excecionais de proteção social, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

Este decreto-lei procede à nona alteração ao Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março. Consulte a sua versão consolidada, [aqui](#).

➤ **[Portaria n.º 160/2020, de 26 de junho](#)**

Alarga o prazo de vigência da medida excepcional relativa às comparticipações financeiras da segurança social, aprovado através da [Portaria n.º 85-A/2020](#), de 3 de abril

➤ **[Decreto-Lei n.º 37/2020, de 15 de julho](#)**

Estabelece medidas de apoio social no âmbito do Programa de Estabilização Económica e Social

➤ **[Portaria n.º 178/2020, de 28 de julho](#)**

Estabelece um sistema de incentivos à adaptação da atividade das respostas sociais ao contexto da doença COVID-19, designado Programa Adaptar Social +

A presente portaria foi alterada pela [Portaria n.º 269/2020](#)

➤ **[Portaria n.º 269/2020, de 19 de novembro](#)**

Procede à primeira alteração à [Portaria n.º 178/2020](#), de 28 de julho, que estabelece um sistema de incentivos à adaptação da atividade das respostas sociais ao contexto da doença COVID-19, designado Programa Adaptar Social +

➤ **[Portaria n.º 281/2020, de 09 de dezembro](#)**

Procede à primeira alteração à [Portaria n.º 160/2020](#), de 26 de junho, que alarga o prazo de vigência e o âmbito de aplicação da medida excepcional relativa às comparticipações financeiras da segurança social

➤ **[Declaração de Retificação n.º 1/2021, de 07 de janeiro](#)**

Retifica a [Portaria n.º 269/2020](#), de 19 de novembro, que procede à primeira alteração à [Portaria n.º 178/2020](#), de 28 de julho, que estabelece um sistema de incentivos à adaptação da atividade das respostas sociais ao contexto da doença COVID-19, designado Programa Adaptar Social +

Transportes

➤ **[Deliberação n.º 441-A/2020, de 7 de abril](#)**

Adoção de procedimento simplificado que permita a instalação de separadores entre o espaço do condutor e o dos passageiros para proteção dos riscos inerentes à transmissão do COVID-19

➤ **[Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril](#)**

Estabelece a definição de procedimentos de atribuição de financiamento e compensações aos operadores de transportes essenciais, no âmbito da pandemia COVID-19

➤ **[Despacho n.º 4328-A/2020, de 8 de abril](#)**

Substitui o [Despacho n.º 4270-A/2020](#), de 7 de abril, que estabelece para o transporte aéreo os casos em que não se aplica o previsto na alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do [Decreto n.º 2-B/2020](#)

➤ **[Despacho n.º 4586-A/2020, de 15 de abril](#)**

Estabelece para o transporte aéreo outros casos em que não se aplica o previsto na alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do [Decreto n.º 2-B/2020](#) e que não estavam previstos no [Despacho n.º 4328-A/2020](#), de 7 de abril

➤ **[Despacho n.º 8235/2020, de 25 de agosto](#)**

Prorroga os prazos previstos no n.º 3 do artigo 26.º do Regulamento Que Estabelece o Quadro para a Homologação CE de Modelo de Automóveis e Reboques, Seus Sistemas, Componentes e Unidades Técnicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/2010, de 12 de março

➤ **[Resolução do Conselho de Ministros n.º 118/2020, de 30 de dezembro](#)**

Aprova atribuição de indemnizações compensatórias no âmbito do passe 4_18@escola.tp, do passe sub23@superior.tp e do passe Social +

➤ **[Deliberação n.º 34-B/2021, de 08 de janeiro](#)**

Instalação de separadores entre o espaço do condutor e o dos passageiros transportados no banco da retaguarda em táxis e no transporte individual e remunerado de passageiros para proteção dos riscos inerentes à transmissão da COVID-19

➤ **[Decreto-Lei n.º 6-B/2021, de 15 de janeiro](#)**

Prolonga a vigência das regras de atribuição de financiamento e compensações aos operadores de transportes essenciais, no âmbito da pandemia COVID-19

Turismo

➤ **[Despacho normativo n.º 4/2020, de 25 de março](#)**

Determina a criação de uma linha de apoio financeiro, destinada a fazer face às necessidades de tesouraria das microempresas turísticas cuja atividade se encontra fortemente afetada pelos efeitos económicos resultantes do surto da doença COVID-19

➤ **[Decreto-Lei n.º 17/2020, de 23 de abril](#)**

Estabelece medidas excepcionais e temporárias relativas ao setor do turismo, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

➤ **[Despacho Normativo n.º 10/2020, de 09 de setembro](#)**

Altera os artigos 2.º, 4.º, 5.º, 7.º, 9.º e 10.º e Anexo do [Despacho Normativo n.º 4/2020](#), de 20 de março, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 60, de 25 de março de 2020, que criou a Linha de Apoio às Microempresas do Turismo

➤ **[Despacho Normativo N.º 1/2021, de 11 de janeiro](#)**

Cria uma linha de apoio financeiro às micro e pequenas empresas turísticas e altera o [Despacho Normativo n.º 4/2020](#), de 20 de março, alterado e republicado pelo [Despacho Normativo n.º 10/2020](#), de 11 de agosto

Restrições a Atividades Económicas

➤ **[Despacho n.º 3298-B/2020, de 13 de março](#)**

Declaração de situação de alerta em todo o território nacional

➤ **[Despacho n.º 3299/2020, de 14 de março](#)**

Determina o encerramento dos bares todos os dias às 21 horas

➤ **[Despacho n.º 3301/2020, de 15 de março](#)**

Medidas excepcionais e temporárias relativas à suspensão do ensino da condução e da atividade de formação presencial de certificação de profissionais como forma de combate à situação epidemiológica do novo coronavírus - COVID-19

➤ **[Despacho n.º 3301/2020, de 15 de março](#)**

Determina a adoção de medidas adicionais de natureza excepcional para fazer face à prevenção e contenção da pandemia COVID-19

➤ **[Portaria n.º 71/2020, de 15 de março](#)**

Restrições no acesso e na afetação dos espaços nos estabelecimentos comerciais e nos de restauração ou de bebidas

➤ **[Portaria n.º 80-A/2020, de 25 de março](#)**

Regula o regime de prestação de serviços essenciais de inspeção de veículos

➤ **[Despacho n.º 4147/2020, de 5 de abril](#)**

Delegação de competências do Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital nos Secretários de Estado durante o período de vigência do estado de emergência e suas eventuais renovações

➤ **[Despacho n.º 4148/2020, de 5 de abril](#)**

Regulamenta o exercício de comércio por grosso e a retalho de distribuição alimentar e determina a suspensão das atividades de comércio de velocípedes, veículos automóveis e motocicletas, tratores e máquinas agrícolas, navios e embarcações

➤ **[Despacho n.º 4328/2020, de 8 de abril](#)**

Procede à prorrogação das medidas excecionais e temporárias relativas à suspensão do ensino da condução e da atividade de formação presencial de certificação de profissionais como forma de combate à situação epidemiológica do novo coronavírus - COVID-19

➤ **[Portaria n.º 90/2020, de 9 de abril](#)**

Procede à primeira alteração à [Portaria n.º 80-A/2020](#), de 25 de março, que veio estabelecer o regime de prestação de serviços essenciais de inspeção de veículos

➤ **[Despacho n.º 8391-A/2020, de 31 de agosto](#)**

Prorrogação das medidas aplicáveis ao tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal

➤ **[Despacho n.º 714-C/2021, de 15 de janeiro](#)**

Proíbe a venda de bens tipicamente comercializados nos estabelecimentos de comércio a retalho encerrados ou com a atividade suspensa devido à declaração do estado de emergência

Restrições de Mobilidade e Transportes

➤ **[Despacho n.º 3186-C/2020, de 10 de março](#)**

Suspensão de voos das zonas de Itália mais afetadas - Emilia-Romagna, Piemonte, Lombardia e Veneto

➤ **[Despacho n.º 3186-D/2020, de 10 de março](#)**

Suspensão de voos de Itália

➤ **[Despacho n.º 3298-C/2020, de 13 de março](#)**

Determina a interdição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais

➤ **[Resolução do Conselho de Ministros n.º 10-B/2020, de 16 de março](#)**

Repõe, a título excecional e temporário, o controlo documental de pessoas nas fronteiras no âmbito da situação epidemiológica provocada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19

➤ **[Despacho n.º 3372-C/2020, de 17 de março](#)**

Reconhece a necessidade da declaração da situação de calamidade no município de Ovar

➤ **[Despacho n.º 3427-A/2020, de 18 de março](#)**

Interdita o tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal de todos os voos de e para países que não integram a União Europeia, com determinadas exceções

➤ **[Resolução do Conselho de Ministros n.º 10-D/2020, de 19 de março](#)**

Declara a situação de calamidade no município de Ovar, na sequência da situação epidemiológica da Covid-19

➤ **[Decreto-Lei n.º 10-C/2020, de 23 de março](#)**

Estabelece medidas excecionais e temporárias de resposta à epidemia da doença COVID-19 no âmbito das inspeções técnicas periódicas

➤ **[Despacho n.º 3695-A/2020, de 24 de março](#)**

Determina procedimentos de controlo de fronteira por parte do SEF

➤ **[Despacho n.º 3863-B/2020, de 27 de março](#)**

Determina que a gestão dos atendimentos e agendamentos seja feita de forma a garantir inequivocamente os direitos de todos os cidadãos estrangeiros com processos pendentes no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, no âmbito do COVID 19

➤ **[Resolução do Conselho de Ministros n.º 18-B/2020, de 2 de abril](#)**

Resolução do Conselho de Ministros que prorroga os efeitos da declaração de situação de calamidade no município de Ovar, na sequência da pandemia COVID-19

➤ **[Despacho n.º 4328-D/2020, de 8 de abril](#)**

Prorrogação de suspensão dos voos de e para Itália

➤ **[Despacho n.º 4394-D/2020, de 9 de abril](#)**

Mantém a interdição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais

➤ **[Resolução do Conselho de Ministros n.º 22/2020, de 14 de abril](#)**

Prorroga a reposição, a título excecional e temporário, do controlo de pessoas nas fronteiras, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

➤ **[Despacho n.º 4698-C/2020, de 17 de abril](#)**

Prorrogação da interdição do tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal de todos os voos de e para países que não integram a União Europeia, com determinadas exceções

➤ **[Despacho n.º 4808-B/2020, de 21 de abril](#)**

Prorrogação de suspensão dos voos de e para Itália

➤ **[Resolução do Conselho de ministros n.º 33-B/2020, de 30 de abril](#)**

Repõe, a título excecional e temporário, um ponto de passagem autorizado na fronteira terrestre

➤ **[Despacho n.º 5138-B/2020, de 30 de abril](#)**

Mantém a interdição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais

➤ **[Portaria n.º 106/2020, de 02 de maio](#)**

Estabelece para o transporte aéreo um limite máximo de passageiros, bem como as exceções a esse limite e respetivos requisitos, por forma a garantir a distância conveniente entre os passageiros e a garantir a sua segurança, quer nos voos regulares, quer nos voos excecionados à regra geral sobre lotação

➤ **[Despacho n.º 5176-A/2020, de 04 de maio](#)**

Delega competência no Instituto de Mobilidade e dos Transportes, I. P., enquanto autoridade administrativa, para processamento das contraordenações e a aplicação das coimas referentes às contraordenações decorrentes do não uso de máscaras ou viseiras na utilização dos transportes coletivos de passageiros, como medida de resposta à situação epidemiológica do novo coronavírus - COVID-19

➤ **[Portaria n.º 107-A/2020, de 04 de maio](#)**

Estabelece a lotação máxima no transporte em táxi e no transporte em veículo descaracterizado a partir de plataforma eletrónica, no âmbito das medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia COVID-19

➤ **[Despacho n.º 5298-A/2020, de 06 de maio](#)**

Prorrogação de suspensão dos voos de e para Itália

➤ **[Resolução do Conselho de Ministros n.º 34-A/2020, de 13 de maio](#)**

Prorroga a reposição, a título excecional e temporário, do controlo de pessoas nas fronteiras, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

➤ **[Despacho n.º 5503-C/2020, de 13 de maio](#)**

Prorrogação da interdição do tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal de todos os voos de e para países que não integram a União Europeia, com determinadas exceções

➤ **[Decreto-Lei n.º 21/2020, de 16 de maio](#)**

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19, no âmbito das inspeções técnicas periódicas

Este decreto-lei procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 10-C/2020, de 23 de março. Consulte a sua versão consolidada, [aqui](#).

➤ **[Portaria n.º 116/2020, de 16 de maio](#)**

Procede à primeira alteração à [Portaria n.º 185/2015](#), de 23 de junho, que regulamenta a [Lei n.º 14/2014](#), de 18 de março

➤ [Despacho n.º 5612/2020, de 19 de maio](#)

Determina procedimentos de controlo de fronteira por parte do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

➤ [Despacho n.º 5638-B/2020, de 20 de maio](#)

Prorrogação de suspensão dos voos de e para Itália

➤ [Portaria n.º 125/2020, de 25 de maio](#)

Revoga a [Portaria n.º 106/2020](#), de 2 de maio, que estabelece para o transporte aéreo um limite máximo de passageiros

➤ [Resolução do Conselho de Ministros n.º 43-A/2020, de 12 de junho](#)

Prorroga a reposição, a título excecional e temporário, do controlo de pessoas nas fronteiras, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

➤ [Despacho n.º 6251/2020, de 12 de junho](#)

Prorrogação da interdição do tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal de todos os voos de e para países que não integram a União Europeia, com determinadas exceções

➤ [Despacho n.º 6251-B/2020, de 12 de junho](#)

Mantém a interdição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais

➤ [Despacho n.º 6948-A/2020, de 06 de julho](#)

Determina a realização de controlo de temperatura e de testes à COVID-19 nos aeroportos

➤ [Despacho n.º 7212-A/2020, de 15 de julho](#)

Mantém a interdição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais

➤ [Despacho n.º 7212-B/2020, de 15 de julho](#)

Prorrogação das medidas restritivas do tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal, com determinadas exceções

➤ [Despacho n.º 7595-A/2020, de 31 de julho](#)

Definição das medidas aplicáveis ao tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal

➤ [Despacho n.º 7595-B/2020, de 31 de julho](#)

Mantém a interdição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais

- [Despacho n.º 8001-A/2020, de 14 de agosto](#)
Prorrogação das medidas aplicáveis ao tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal
- [Despacho n.º 8001-B/2020, de 14 de agosto](#)
Mantém a interdição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais
- [Despacho n.º 8414-B/2020, de 1 de setembro](#)
Mantém a interdição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais
- [Despacho n.º 8844/2020, de 14 de setembro](#)
Mantém a interdição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais
- [Despacho n.º 9373-A/2020, de 30 de setembro](#)
Prorrogação das medidas aplicáveis ao tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal
- [Despacho n.º 9934-B/2020, de 14 de outubro](#)
Determina a prorrogação da interdição de desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais
- [Declaração de retificação n.º 40-B/2020, de 27 de outubro](#)
Retifica a [Resolução do Conselho de Ministros n.º 89-A/2020](#), de 26 de outubro, que determina a limitação de circulação entre diferentes concelhos do território continental no período entre as 00h00 de 30 de outubro e as 06h00 de dia 3 de novembro de 2020
- [Despacho n.º 10712-F/2020, de 30 de outubro](#)
Prorrogação das medidas aplicáveis ao tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal
- [Despacho n.º 10714/2020, de 31 de outubro](#)
Prorrogação da proibição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais
- [Despacho n.º 10944/2020, de 08 de novembro](#)
Alargamento do âmbito do [Despacho n.º 3863-B/2020](#), publicado no Diário da República, 2.ª série, de 27 de março de 2020 - determina que a gestão dos atendimentos e agendamentos seja feita de forma a garantir inequivocamente os direitos de todos os cidadãos estrangeiros com processos pendentes no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), no âmbito da COVID-19
- [Despacho n.º 11231-A/2020, de 13 de novembro](#)
Prorrogação das medidas aplicáveis ao tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal
- [Despacho n.º 11231-C/2020, de 13 de novembro](#)
Prorrogação da proibição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais
- [Despacho n.º 11836-A/2020, de 30 de novembro](#)
Prorroga a proibição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais

- [Despacho n.º 11836-B/2020, de 30 de novembro](#)

Prorrogação das medidas aplicáveis ao tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal
- [Despacho n.º 12202-A/2020, de 15 de dezembro](#)

Prorrogação das medidas aplicáveis ao tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal
- [Despacho n.º 12202-B/2020, de 15 de dezembro](#)

Prorroga a proibição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais
- [Despacho n.º 12344/2020, de 20 de dezembro](#)

Adota medidas de reforço do controlo da circulação de passageiros provenientes do Reino Unido a fim de evitar a propagação da nova variante do vírus SARS-CoV-2
- [Despacho n.º 12727-A/2020, de 31 de dezembro](#)

Prorroga a proibição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais

- [Despacho n.º 12727-B/2020, de 31 de dezembro](#)

Prorrogação das medidas aplicáveis ao tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal

- [Despacho n.º 666-B/2021, de 14 de janeiro](#)

Prorrogação das medidas aplicáveis ao tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal continental
- [Despacho n.º 714-A/2021, de 15 de janeiro](#)

Prorroga a proibição do desembarque e licenças para terra de passageiros e tripulações dos navios de cruzeiro nos portos nacionais

Proteção à Família

- [Despacho n.º 3186-B/020, de 10 de março](#)

Cria, na dependência da diretora-geral da Saúde, enquanto autoridade de saúde nacional, a Linha de Apoio ao Médico (LAM), sediada na Direção-Geral da Saúde
- [Despacho n.º 3219/2020, de 11 de março](#)

Aquisição imediata, por todas as unidades hospitalares do Serviço Nacional de Saúde e do Ministério da Saúde, dos medicamentos, dispositivos médicos e equipamentos de proteção individual, para reforço dos respetivos stocks em 20 %
- [Despacho n.º 3300/2020, de 15 de março](#)

Medida de carácter excecional e temporário de restrição do gozo de férias durante o período de tempo necessário para garantir a prontidão do SNS no combate à propagação de doença do novo coronavírus

➤ **[Despacho n.º 3301 /2020, de 15 de março](#)**

Regras em matéria de articulação entre a assistência à família e a disponibilidade para a prestação de cuidados, como forma de garantir a continuidade da resposta do Serviço Nacional de Saúde (SNS)

➤ **[Despacho n.º 3301-A/2020, de 15 de março](#)**

Determina a suspensão de toda e qualquer atividade de medicina dentária, de estomatologia e de odontologia, com exceção das situações comprovadamente urgentes e inadiáveis

➤ **[Despacho n.º 3301-E/2020, de 15 de março](#)**

Delega nos dirigentes máximos, órgãos de direção ou órgãos de administração, dos órgãos, organismos, serviços e demais entidades, incluindo o setor público empresarial do Ministério da Saúde, a competência para autorizar a contratação de trabalhadores para a constituição de vínculos de emprego a termo, pelo período de quatro meses, tendo em vista o reforço de recursos humanos necessário à prevenção, contenção, mitigação e tratamento da pandemia COVID-19

➤ **[Despacho n.º 3427-B/2020, de 18 de março](#)**

Suspensão das atividades letivas e não letivas e formativas presenciais no âmbito da COVID-19

➤ **[Despacho n.º 3871/2020, de 30 de março](#)**

Determina que o Instituto da Segurança Social e as ARS ficam autorizados a celebrar os contratos-programa, para o ano de 2020, previstos no anexo ao presente despacho, e a assumir os compromissos respetivos, com vista a aumentar a capacidade de respostas da RNCCI

➤ **[Portaria n.º 82-A/2020, de 30 de março](#)**

Primeira alteração à [Portaria n.º 207- A/2017](#), de 11 de julho

➤ **[Despacho n.º 4024-A/2020, de 1 de abril](#)**

Adota medidas de carácter extraordinário, temporário e transitório, de resposta à epidemia SARS-CoV-2 no âmbito da atividade de transporte de doentes

➤ **[Despacho n.º 4270-C/2020, de 7 de abril](#)**

Determina as medidas de carácter excecional e temporário de fornecimento de medicamentos dispensados por farmácia hospitalar em regime de ambulatório, a pedido do utente, através da dispensa em farmácia comunitária ou da entrega dos medicamentos no domicílio

➤ **[Portaria n.º 90-A/2020, de 9 de abril](#)**

Cria um regime excecional e temporário relativo à prescrição eletrónica de medicamentos e respetiva receita médica, durante a vigência do estado de emergência em Portugal, motivado pela pandemia da COVID-19

➤ **[Despacho n.º 4396/2020, de 10 de abril](#)**

Prorroga os efeitos do [Despacho n.º 3301/2020](#), publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 52, de 15 de março de 2020, que estabelece regras aplicáveis aos profissionais de saúde, com filho ou outros dependentes a cargo menores de 12 anos

➤ **[Despacho n.º 4959/2020, de 24 de abril](#)**

Determina que o seguimento clínico dos doentes COVID-19 que habitem em estabelecimento residencial para pessoas idosas e cuja situação clínica não exija internamento hospitalar é acompanhado, diariamente, por profissionais de saúde do ACES da respetiva área de intervenção, em articulação com o hospital da área de referência

➤ **[Despacho n.º 5315/2020, de 07 de maio](#)**

Determina que os medicamentos dispensados por farmácia hospitalar em regime de ambulatório podem, excecionalmente, a pedido do utente, ser dispensados nas farmácias comunitárias por si indicadas, ou no seu domicílio, enquanto a situação epidemiológica do País assim o justifique

➤ **[Despacho n.º 5531/2020, de 15 de maio](#)**

Determina que na marcação dos períodos de férias dos dirigentes e trabalhadores do Ministério da Saúde deve ser acautelado o normal funcionamento do serviço, tendo em conta a necessidade de manutenção da prontidão de resposta a um eventual aumento da incidência da COVID-19

➤ **[Despacho n.º 6067/2020, de 04 de junho](#)**

Delega, nos dirigentes máximos de entidades do Ministério da Saúde, os poderes necessários para a celebração de contratos de trabalho a termo resolutivo, pelo período de quatro meses, bem como para as renovações de contratos de trabalho a termo resolutivo já celebrados ou a celebrar, por iguais períodos, para reforço dos recursos humanos necessários para dar resposta à pandemia provocada pela COVID-19

➤ **[Portaria n.º 171/2020, de 14 de julho](#)**

Aprova o regime excecional de incentivos à recuperação da atividade assistencial não realizada por força da situação epidemiológica provocada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2 e pela doença COVID-19, nos termos previstos no Programa de Estabilização Económica e Social

➤ **[Despacho n.º 7582/2020, de 31 de julho](#)**

Determina que os órgãos dirigentes das entidades prestadoras de cuidados de saúde primários e hospitalares do Serviço Nacional de Saúde localizadas nos concelhos da

Amadora, Lisboa, Loures, Odivelas e Sintra devem assegurar a identificação e o reagendamento de toda a atividade assistencial programada não realizada por força da pandemia COVID-19

➤ **[Decreto-Lei n.º 52/2020, de 11 de agosto](#)**

Estabelece o responsável pelo tratamento dos dados e regula a intervenção do médico no sistema STAYAWAY COVID

➤ **[Resolução do Conselho de Ministros n.º 64-A/2020, de 20 de agosto](#)**

Delega competências no membro do Governo responsável pela área da saúde para a prática de vários atos e autoriza a realização de despesa relativa à aquisição de vacinas contra a COVID-19, no âmbito do procedimento europeu centralizado

➤ **[Despacho n.º 8118-A/2020, de 20 de agosto](#)**

Reforço do investimento na Rede Nacional de Especialidade Hospitalar e de Referência em Medicina Intensiva

➤ **[Portaria n.º 218-A/2020, de 16 de setembro](#)**

Altera a [Portaria n.º 392/2019](#), de 5 de novembro, que estabelece os requisitos mínimos relativos ao licenciamento, instalação, organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas dos laboratórios de patologia clínica ou análises clínicas e, bem assim, dos respetivos postos de colheitas

➤ **[Despacho n.º 9719/2020, de 8 de outubro](#)**

Delega nos dirigentes máximos de entidades do Ministério da Saúde a competência para autorizar a contratação de trabalhadores para a constituição de vínculos de emprego a termo resolutivo, pelo período de quatro meses, bem como para as renovações de contratos de trabalho a termo resolutivo já celebrados ou a celebrar, por iguais períodos, para reforço dos recursos humanos necessários para dar resposta à pandemia provocada pela COVID-19

➤ **[Despacho n.º 10832/2020, de 04 de novembro](#)**

Determina a prorrogação do prazo de vigência dos contratos a que se referem os n.os 1, 2 e 3 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 139/2013, de 9 de outubro, e do prazo de vigência das convenções em vigor na área da endoscopia gastroenterológica, na modalidade de contratação, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 139/2013, de 9 de outubro

➤ **[Despacho n.º 11418-A/2020, de 18 de novembro](#)**

Determina a operacionalização do reforço da capacidade de rastreio das autoridades e serviços de saúde pública para realização de inquéritos epidemiológicos, para rastreio de contactos de doentes com COVID-19 e seguimento de pessoas em vigilância ativa

➤ **[Despacho n.º 11739/2020, de 26 de novembro](#)**

Determina que a aplicação da tolerância de ponto concedida pelo Governo, para os dias 30 de novembro e 7 de dezembro de 2020, não pode comprometer a resposta à prestação de cuidados e assistência no âmbito da COVID-19, bem como a relativa a situações agudas e/ou urgentes e emergentes ou a prestação de cuidados que exijam continuidade e, ainda, a atividade assistencial já programada

➤ **[Despacho n.º 11790-A/2020, de 27 de novembro](#)**

Determina a operacionalização do reforço da capacidade de rastreio das autoridades e serviços de saúde pública para a realização de inquéritos epidemiológicos, rastreio de

contactos de doentes com COVID-19 e seguimento de pessoas em vigilância ativa, através da mobilização de docentes com ausência de componente letiva

➤ **[Resolução do Conselho de Ministros n.º 108/2020, de 15 de dezembro](#)**

Autoriza a realização da despesa referente à participação portuguesa do Instrumento de Apoio a Emergências, para efeito da estratégia europeia de vacinas no âmbito do combate à COVID-19

➤ **[Portaria n.º 288/2020, de 16 de dezembro](#)**

Estabelece um regime excecional de incentivos à realização de atividade assistencial não realizada ou adiada por força da situação epidemiológica provocada pela COVID-19

➤ **[Decreto-Lei n.º 105/2020, de 23 de dezembro](#)**

Institui o Sistema Público de Apoio à Conciliação no Sobre-Endividamento

➤ **[Portaria n.º 298-B/2020, de 23 de dezembro](#)**

Procede à criação e estabelece a implementação do Plano Nacional de Vacinação contra a COVID-19 (PNV COVID-19) através do Serviço Nacional de Saúde (SNS)

➤ **[Portaria n.º 307/2020, de 30 de dezembro](#)**

Aprova um regime excecional e temporário de pagamento dos cuidados de saúde e de apoio social prestados nas unidades de internamento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, decorrente dos ajustamentos organizacionais motivados pela pandemia de COVID-19

➤ **[Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2020, de 31 de dezembro](#)**

Autoriza, para o ano de 2021, a realização da despesa com a aquisição de vacinas contra a COVID-19, no âmbito do procedimento europeu centralizado, bem como a despesa necessária ao seu armazenamento e administração

➤ **[Portaria n.º 4/2021, de 04 de janeiro](#)**

Segunda alteração à [Portaria n.º 390/2019](#), de 29 de outubro, que procede à quarta alteração à [Portaria n.º 224/2015](#), de 27 de julho (estabelece o regime jurídico a que obedecem as regras de prescrição e dispensa de medicamentos e produtos de saúde e define as obrigações de informação a prestar aos utentes)

➤ **[Portaria n.º 9-A/2021, de 07 de janeiro](#)**

Procede a uma adaptação dos prazos procedimentais e de realização de provas no âmbito da época normal de avaliação final da formação médica especializada de 2021

➤ **[Despacho n.º 259/2021, de 08 de janeiro](#)**

Determina que, nas estruturas residenciais para idosos (ERPI), unidades de cuidados continuados integrados da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCI) e outras respostas dedicadas a pessoas idosas e pessoas com deficiência são realizados testes de diagnóstico de SARS-CoV-2, a residentes/utentes e profissionais, no âmbito de rastreios regulares de identificação precoce de casos suspeitos

➤ **[Despacho n.º 574-A/2021, de 13 de janeiro](#)**

Determina que estabelecimentos hospitalares do Serviço Nacional de Saúde (SNS) passem os seus Planos de Contingência para o nível máximo e suspendam a atividade assistencial programada não urgente que possa reverter em reforço de cuidados ao doente crítico

➤ **[Despacho n.º 714-E/2021, de 15 de janeiro](#)**

Os cidadãos residentes em estruturas residenciais para idosos e em outras respostas dedicadas a pessoas idosas consideram-se equiparados, para efeitos do exercício do direito de voto na eleição do Presidente da República, aos cidadãos relativamente a quem a autoridade de saúde ou outros profissionais de saúde tenham determinado o isolamento profilático, devendo votar nos respetivos locais de confinamento

Serviços Públicos

➤ **[Despacho n.º 3301-C/2020](#)**

Adota medidas de carácter extraordinário, temporário e transitório, ao nível dos serviços de atendimento aos cidadãos e empresas, incluindo os serviços consulares fora do território nacional, no âmbito do combate ao surto do vírus COVID-19

➤ **[Despacho n.º 3372-B/2020, de 17 de março](#)**

Adapta às especificidades do Ministério dos Negócios Estrangeiros o regime de isolamento profilático dos funcionários ou trabalhadores em funções nos serviços periféricos externos, bem como aos estagiários do PEPAC-MNE

➤ **[Despacho n.º 3614-A/2020, de 23 de março](#)**

Regula, nos termos do Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março, o funcionamento das máquinas de vending, e o exercício das atividades de vendedores itinerantes e de aluguer de veículos de mercadorias e de passageiros

➤ **[Despacho n.º 3614-B/2020, de 23 de março](#)**

Determina os termos do funcionamento de serviços junto da Autoridade Tributária, incluindo os Serviços de Finanças e Alfândegas, e da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E. P. E

➤ **[Despacho n.º 3614-C/2020, de 23 de março](#)**

Determina os termos do funcionamento de serviços junto da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, da Polícia Judiciária, do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P., e do Instituto dos Registos e Notariado, I. P., durante o estado de emergência

➤ **[Despacho n.º 3614-D/2020, de 23 de março](#)**

Define orientações para os serviços públicos em cumprimento do Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março, em execução da declaração do estado de emergência efetuada pelo Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março

➤ **[Despacho n.º 3614-E/2020, de 23 de março](#)**

Determina os termos do funcionamento de serviços junto da Direção-Geral da Administração Escolar e do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., durante o estado de emergência

➤ **[Despacho n.º 3614-F/2020, de 23 de março](#)**

Determina os termos do funcionamento de serviços junto da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), das Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP) e do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P. (INIAV), durante o estado de emergência

➤ **[Despacho n.º 3614-G/2020, de 23 de março](#)**

Determina os termos do funcionamento de serviços junto da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos durante o estado de emergência

➤ **[Despacho n.º 3659-C/2020, de 24 de março](#)**

Determina os termos do funcionamento dos serviços presenciais da Segurança Social, da Autoridade para as Condições do Trabalho, da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P., da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego e do Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P

➤ **[Despacho n.º 3686-A/2020, de 35 de março](#)**

Determina que durante o estado de emergência permanecem em funcionamento, com atendimento presencial, mediante marcação, os serviços dos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes

➤ **[Portaria n.º 82-C/2020, de 31 de março](#)**

Cria uma medida de apoio ao reforço de emergência de equipamentos sociais e de saúde, de natureza temporária e excecional, para assegurar a capacidade de resposta das instituições públicas e do setor solidário com atividade na área social e da saúde, durante a pandemia da doença COVID-19, e introduz um regime extraordinário de majoração das bolsas mensais do «Contrato emprego-inserção» (CEI) e do «Contrato emprego-inserção+» (CEI+) em projetos realizados nestas instituições

➤ **[Despacho n.º 4146-C/2020, de 3 de abril](#)**

Determina-se que no período de tempo em que os elementos das forças e serviços de segurança fiquem em confinamento obrigatório em estabelecimento de saúde ou no respetivo domicílio, devido a perigo de contágio pelo SARS-CoV-2, não se verifica a perda de qualquer remuneração nem de tempo de serviço, em moldes idênticos ao período de férias

➤ **[Despacho n.º 4394-A/2020, de 9 de abril](#)**

Determina que nos casos em que o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) deva garantir o atendimento, mediante pedido de agendamento, podem ser afetos a esses atendimentos os postos do SEF localizados nas Lojas de Cidadão de Coimbra e de Aveiro

➤ **[Despacho n.º 4460-A/2020, de 13 de abril](#)**

Define as orientações no âmbito da eventualidade doença e no âmbito da frequência de ações de formação à distância, bem como os termos em que os trabalhadores da administração central podem exercer funções na administração local e em que os trabalhadores da administração central e da administração local podem exercer funções em instituições particulares de solidariedade social ou outras instituições de apoio às populações mais vulneráveis

➤ **[Despacho n.º 4836/2020, de 22 de abril](#)**

Determina os termos do atendimento presencial junto das secretarias judiciais e dos respetivos serviços do Ministério Público, durante o estado de emergência

➤ **[Despacho n.º 5031, de 28 de abril](#)**

Determina, com aplicação a todos os trabalhadores da Autoridade Tributária e Aduaneira, que o gozo do período de férias transitadas do ano anterior não fica condicionado ao limite de 30 de abril, legalmente previsto

➤ **[Despacho n.º 5039/2020, de 28 de abril](#)**

Determina a prorrogação dos efeitos do [Despacho n.º 3586/2020](#), publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 58, de 23 de março de 2020

➤ **[Despacho n.º 5066, de 29 de abril](#)**

Suspensão da realização do Dia da Defesa Nacional, decorrente da situação atual de emergência de saúde pública ocasionada pela epidemia da doença COVID-19

➤ **[Despacho n.º 5399/2020, de 11 de maio](#)**

Determina que a suspensão do procedimento eleitoral das eleições para os delegados municipais do conselho geral e para a direção da Casa do Douro se mantém enquanto vigorar a situação de calamidade, sem prejuízo de prorrogação ou modificação na medida em que a evolução da situação epidemiológica o justificar

➤ **[Despacho n.º 5419-A/2020, de 11 de maio](#)**

Prorrogação da vigência do [Despacho n.º 3614-D/2020](#), mantendo-se as orientações nele contidas, com as necessárias adaptações decorrentes da situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, declarada na [Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-A/2020](#), de 30 de abril, revogando-se o disposto no n.º 7 e seguintes

➤ **[Despacho n.º 5419-B/2020, de 11 de maio](#)**

Cria um programa de mobilidade transversal de trabalhadores da administração central para os serviços do Instituto da Segurança Social, I. P., destinando-se o mesmo

ao reforço da capacidade de resposta deste, de forma a concretizar a implementação das medidas excecionais já aprovadas

➤ **[Decreto-Lei n.º 20-D/2020, de 12 de maio](#)**

Estabelece medidas excecionais e temporárias para o equipamento de espaços de atendimento presencial sob gestão dos municípios e das freguesias

➤ **[Despacho n.º 5530/2020, de 15 de maio](#)**

Determina a realização de testes laboratoriais de diagnóstico da infeção por SARS-CoV-2, pela metodologia RT-PCR, aos profissionais de creches que reiniciem a sua atividade profissional, face à necessidade de minimizar o risco de transmissão da infeção

➤ **[Despacho n.º 5545-C/2020, de 15 de maio](#)**

Define orientações e recomendações relativas à organização e funcionamento dos espaços físicos de atendimento e de trabalho na Administração Pública, no âmbito do levantamento das medidas de mitigação da pandemia da doença COVID-19

➤ **[Despacho n.º 5797/2020, de 27 de maio](#)**

Prorroga a vigência do [Despacho n.º 4033/2020](#), publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 66, de 2 de abril de 2020

➤ **[Despacho n.º 5900/2020, de 29 de maio](#)**

Encarrega o IPQ e o IPAC de definir os critérios para a identificação de laboratórios que possam ser reconhecidos para a avaliação da conformidade de equipamentos de proteção individual, dispositivos médicos e máscaras comunitárias ou de uso social fabricados em Portugal, no contexto da atual pandemia e durante a vigência do [Decreto-Lei n.º 14-E/2020](#), de 13 de abril

➤ **[Despacho n.º 6095/2020, de 05 de junho](#)**

Mantém em vigor o [Despacho n.º 4146-C/2020](#), publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 67, 2.º suplemento, de 3 de abril de 2020

➤ **[Portaria n.º 162/2020, de 30 de junho](#)**

Procede à primeira alteração à [Portaria n.º 82-C/2020](#), de 31 de março, que criou a medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde

➤ **[Portaria n.º 178/2020, de 28 de julho](#)**

Estabelece um sistema de incentivos à adaptação da atividade das respostas sociais ao contexto da doença COVID-19, designado Programa Adaptar Social +

➤ **[Despacho n.º 7644/2020, de 04 de agosto](#)**

Determina que os intervenientes na gestão de casos de doença COVID-19 e dos seus , que participam na vigilância epidemiológica e no apoio à sua realização, se

encontram vinculados a um especial dever de colaboração e de celeridade na sua atuação, no quadro das suas competências

- **[Declaração de retificação n.º 615/2020, de 14 de setembro](#)**
Retifica o [Despacho n.º 5066/2020](#), de 29 de abril.
- **[Decreto-Lei n.º 68/2020, de 15 de setembro](#)**
Estabelece a possibilidade de prorrogação dos contratos a termo resolutivo celebrados com pessoal não docente das escolas da rede pública do Ministério da Educação, no âmbito da pandemia da doença COVID-19
- **[Despacho n.º 9042/2020, de 22 de setembro](#)**
Determina o formato das cópias dos documentos a que se referem as disposições legais do Decreto-Lei n.º 16/2020, de 15 de abril, bem como os termos em que pode ser feita por via eletrónica a declaração de nascimento
- **[Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2020, de 14 de outubro](#)**
Define orientações e recomendações relativas à organização do trabalho na Administração Pública no âmbito da pandemia da doença COVID-19
- **[Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2020, de 14 de outubro](#)**
Define orientações e recomendações relativas à organização e funcionamento dos serviços públicos de atendimento aos cidadãos e empresas no âmbito da pandemia da doença COVID-19
- **[Despacho n.º 10542/020, de 29 de outubro](#)**
Determina que para efeitos de execução do Plano de Expansão da Capacidade Laboratorial Nacional para diagnóstico de SARS-CoV-2, no ano de 2020, são considerados elegíveis os equipamentos e as infraestruturas, independentemente da modalidade de aquisição, incluindo a aquisição de bens com colocação de equipamento em regime de contra-consumo, das entidades identificadas no anexo do presente despacho, que beneficiam de financiamento no montante de (euro) 8 400 000,00, através do Programa de Financiamento Vertical
- **[Despacho n.º 10921/2020, de 06 de novembro](#)**
Determina que os hospitais do SNS garantem a ativação do nível dos planos de contingência institucionais, previamente aprovados, que assegure a resposta às necessidades epidemiológicas locais e equilibre o esforço assistencial regional e inter-regional, designadamente, suspendendo, durante o mês de novembro de 2020, a atividade assistencial não urgente que, pela sua natureza ou prioridade clínica, não implique risco de vida para os utentes, limitação do seu prognóstico e/ou limitação de acesso a tratamentos periódicos ou de vigilância
- **[Declaração de Retificação n.º 46/2020, de 12 de novembro](#)**
Retifica a [Portaria n.º 218/2020](#), de 16 de setembro, que regula a medida Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde
- **[Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2020, de 18 de novembro](#)**
Autoriza a realização da despesa relativa à aquisição de serviços de processamento de comparticipação de pagamentos eletrónicos
- **[Portaria n.º 721-B/2020, de 30 de novembro](#)**

Autorização à Secretaria-Geral da Administração Interna para assumir os encargos orçamentais relativos à aquisição de material de apoio e de proteção individual COVID-19 para a eleição do Presidente da República

➤ **[Despacho n.º 12558-A/2020, de 23 de dezembro](#)**

Determina que a aplicação da tolerância de ponto concedida para o próximo dia 24 de dezembro aos trabalhadores dos órgãos, serviços e demais entidades, incluindo o setor público empresarial, do Ministério da Saúde não poderá, em caso algum, ser suscetível de comprometer direta ou indiretamente a cabal e pronta resposta aos cuidados e assistência no âmbito da COVID-19, bem como a relativa a situações agudas e/ou urgentes e emergentes ou a cuidados que exijam continuidade

➤ **[Portaria n.º 302/2020, de 24 de dezembro](#)**

Procede à terceira alteração da [Portaria n.º 82-C/2020](#), de 31 de março, que criou a medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde, um regime extraordinário de majoração das bolsas mensais do «Contrato emprego-inserção» (CEI) e do «Contrato emprego-inserção+» (CEI+), bem como um incentivo de emergência à substituição de trabalhadores ausentes ou temporariamente impedidos de trabalhar nos equipamentos sociais de saúde

➤ **[Portaria n.º 309-C/2020, de 31 de dezembro](#)**

Suspensão do ciclo de serviço operacional dos bombeiros voluntários

Requisição Civil

➤ **[Resolução do Conselho de Ministros n.º 10-C/2020, de 17 de março](#)**

Reconhece a necessidade de se proceder à requisição civil dos trabalhadores portuários em situação de greve até ao dia 30 de março de 2020

➤ **[Portaria n.º 73-A/2020, de 17 de março](#)**

Procede à requisição civil de trabalhadores da estiva e portuários

Regiões Autónomas

➤ **[Despacho n.º 331/2020, de 5 de março](#)**

Fixa o prazo de cinco dias úteis para os empregadores públicos elaborarem um plano de contingência para o Coronavírus (COVID-19), alinhado com as orientações emanadas pela Direção Regional da Saúde (DRS)

➤ **[Despacho n.º 385/2020, de 13 de março](#)**

Declara situação de alerta em todo o território da Região Autónoma do Açores, até ao dia 31 de março de 2020, inclusive, tendo em consideração a situação de emergência de saúde pública, de âmbito internacional, relativa ao surto da doença COVID-19, classificado, pela Organização Mundial de Saúde, como pandemia

- **[Decreto Legislativo Regional n.º 12/2020, de 3 de junho](#)**
Medidas de combate à pandemia COVID-19 e atualização da remuneração complementar regional
- **[Despacho n.º 100/2020, de 13 de março](#)**
Declara a Situação de Alerta em todo o território da Região Autónoma da Madeira
- **[Despacho n.º 101/2020, de 14 de março](#)**
Adita novas medidas às constantes do Despacho n.º 100/2020, de 13 de março que declarou a situação de Alerta em todo o território da Região Autónoma da Madeira
- **[Decreto Legislativo Regional n.º 13/2020/A, de 23 de junho](#)**
Medida extraordinária e temporária de apoio aos idosos para aquisição de equipamento de proteção individual
- **[Decreto Legislativo Regional n.º 15/2020/A, de 02 de julho](#)**
Medidas excecionais e transitórias de apoio à atividade das sociedades recreativas e filarmónicas, bem como das escolas de música, no âmbito da pandemia da doença COVID-19
- **[Decreto Legislativo Regional n.º 9/2020/M, de 28 de julho](#)**
Aplica na Região Autónoma da Madeira o [Decreto-Lei n.º 19-A/2020](#), de 30 de abril, que estabelece um regime excecional e temporário de reequilíbrio financeiro de contratos de execução duradoura, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, e adapta e regula na Região Autónoma da Madeira as medidas excecionais e temporárias de resposta à epidemia SARS-CoV-2, previstas no [Decreto-Lei n.º 10-A/2020](#), de 13 de março, na sua redação atual, e na [Lei n.º 9-A/2020](#), de 17 de abril, que estabelece um regime excecional e temporário de processo orçamental
- **[Decreto Regulamentar Regional n.º 23/2020/A, de 16 de novembro](#)**
Regulamenta na Região Autónoma dos Açores a imposição transitória da obrigatoriedade do uso de máscara em espaços públicos aprovada pela [lei n.º 62-A/2020](#), de 27 de outubro
- **[Decreto Legislativo Regional n.º 14-A/2020/M, de 05 de novembro](#)**
Adapta e regula na Região Autónoma da Madeira a [Lei n.º 62-A/2020](#), de 27 de outubro, que estabelece o regime de imposição transitória da obrigatoriedade do uso de máscara em espaços públicos
- **[Decreto Regulamentar n.º 24/2020/A](#)**
Regulamenta a execução da alínea e) do n.º 1 do artigo 5.º do [Decreto n.º 8/2020](#), de 8 de novembro, nas deslocações para o território da Região Autónoma dos Açores por via aérea
- **[Decreto Regulamentar Regional n.º 25/2020/A, de 24 de novembro](#)**
Altera o [Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2020/A](#), de 19 de novembro, que regulamenta a execução da alínea e) do n.º 1 do artigo 5.º do [Decreto n.º 8/2020](#), de 8 de novembro, nas deslocações para o território da Região Autónoma dos Açores por via aérea

- **[Decreto Regulamentar n.º 26-A/2020/A, de 27 de novembro](#)**

Regulamenta a execução da alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º do [Decreto n.º 9/2020](#), de 21 de novembro, nas deslocações por via aérea e por via marítima para o território da Região Autónoma dos Açores
- **[Decreto Regulamentar n.º 27-A/2020/A, de 02 de dezembro](#)**

Regulamenta, na Região Autónoma dos Açores, a aplicação do [Decreto do Presidente da República n.º 59-A/2020](#), de 20 de novembro, que renova o estado de emergência
- **[Decreto Regulamentar Regional n.º 27-B/2020/A, de 09 de dezembro](#)**

Regulamenta a execução da alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º do [Decreto n.º 11/2020](#), de 6 de dezembro, nas deslocações por via aérea e por via marítima para o território da Região Autónoma dos Açores
- **[Decreto Regulamentar Regional n.º 27-C/2020/A, de 09 de dezembro](#)**

Regulamenta, na Região Autónoma dos Açores, a aplicação do [Decreto do Presidente da República n.º 61-A/2020](#), de 4 de dezembro, que renova o estado de emergência
- **[Declaração de Retificação n.º 2/2020/A, de 16 de dezembro](#)**

Retifica o [Decreto Regulamentar Regional n.º 26-A/2020/A](#), de 27 de novembro, da Região Autónoma dos Açores - Regulamenta a execução da alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º do [Decreto n.º 9/2020](#), de 21 de novembro, nas deslocações por via aérea e por via marítima para o território da Região Autónoma dos Açores, publicado no Diário da República, 1.º suplemento, 1.ª série, n.º 232, de 27 de novembro de 2020
- **[Decreto Regulamentar Regional n.º 28-A/2020/A, de 18 de dezembro](#)**

Regulamenta a execução da alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º do [Decreto n.º 11/2020](#), de 6 de dezembro, nas deslocações por via aérea no território da Região Autónoma dos Açores
- **[Decreto Regulamentar Regional n.º 28-B/2020/A, de 24 de dezembro](#)**

Regulamenta a execução da alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º do [Decreto n.º 11/2020](#), de 6 de dezembro, alterado e republicado pelo [Decreto n.º 11-A/2020](#), de 21 de dezembro, nas deslocações por via aérea e marítima no território da Região Autónoma dos Açores
- **[Decreto Regulamentar Regional n.º 28-C/2020, de 24 de dezembro](#)**

Regulamenta a execução da alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º do [Decreto n.º 11/2020](#), de 6 de dezembro, alterado e republicado pelo [Decreto n.º 11-A/2020](#), de 21 de dezembro, nas deslocações por via aérea e por via marítima para o território da Região Autónoma dos Açores
- **[Decreto Regulamentar Regional n.º 28-D/2020/A, De 24 de dezembro](#)**

Regulamenta, na Região Autónoma dos Açores, a aplicação do Decreto do Presidente da [República n.º 66-A/2020](#), de 17 de dezembro, que renova o estado de emergência

➤ [Decreto Regulamentar Regional n.º 1-A/2021/A, de 07 de janeiro](#)

Regulamenta, na Região Autónoma dos Açores, a aplicação do [Decreto do Presidente da República n.º 6-A/2021](#), de 6 de janeiro, que renova o estado de emergência

➤ [Decreto Regulamentar Regional n.º 1-B/2021/A, de 14 de janeiro](#)

Regulamenta, na Região Autónoma dos Açores, a aplicação do [Decreto do Presidente da República n.º 6-B/2021](#), de 13 de janeiro, que renova o estado de emergência

➤ [Decreto Legislativo Regional n.º 14-A/2020/M, de 05 de novembro](#)

Adapta e regula na Região Autónoma da Madeira a [Lei n.º 62-A/2020](#), de 27 de outubro, que estabelece o regime de imposição transitória da obrigatoriedade do uso de máscara em espaços públicos

➤ [Decreto Legislativo Regional n.º 17/2020/M, de 30 de dezembro](#)

Aprova o Plano de Desenvolvimento Económico e Social da Região Autónoma da Madeira 2030 - PDES Madeira 2030